



Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

Conflito no Afeganistão – Causas e Consequências –

Aluno: Aspirante Tiago André de Sousa Freitas

Orientador: Tenente-Coronel Dias Martins

Amadora, 17 de Agosto de 2009



Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

Conflito no Afeganistão – Causas e Consequências –

Aluno: Aspirante Tiago André de Sousa Freitas

Orientador: Tenente-Coronel Dias Martins

Amadora, 17 de Agosto de 2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Luís Freitas e Agostinha Freitas. Os esforços que dedicaram à minha formação são alvo do meu agradecimento e da minha admiração eterna. Com a simples dedicatória deste trabalho pretendo reconhecer publicamente o elevado valor que lhes atribuo.

AGRADECIMENTOS

Expresso os meus agradecimentos ao Sr. Tenente-Coronel Brito Teixeira, ao Sr. Tenente-Coronel Leal e ao Sr. Major Mariano pelo contributo que prestaram ao partilhar os seus conhecimentos em benefício deste trabalho.

Agradeço à minha namorada, Marta Pinto, pela motivação e apoio.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	v
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO GEO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO DO AFEGANISTÃO	5
1.1. Antecedentes Históricos	5
1.2. Enquadramento Geopolítico	12
1.2.1. Características Físicas e Humanas	12
1.2.1.1. Factor Físico.....	12
1.2.1.2. Factor Humano.....	14
1.2.2. Factor Recursos	15
1.2.3. Factor Circulação	16
1.2.3.1. Ligações Físicas.....	16
1.2.3.2. Comunicações de relação	17
1.2.4. Factor Estruturas	17
1.2.5. Análise Geopolítica – Síntese Conclusiva –.....	19
2. O AFEGANISTÃO NO PÓS 11 DE SETEMBRO	20
2.1. Impacto da intervenção militar dos EUA no Afeganistão	20
2.2. Estratégia Americana pós 11 de Setembro de 2001.....	21
2.3. Alterações na NATO após os atentados de 11 de Setembro.....	25
2.3.1. Reacção da NATO aos atentados de 11 de Setembro.....	25
2.3.2. Actualidade da NATO no Afeganistão.....	27
3. A INFLUÊNCIA DA NOVA ADMINISTRAÇÃO AMERICANA NO AFEGANISTÃO.....	29
3.1. Nova abordagem americana	29
3.1.1. Principais linhas de mudança decorrentes da alteração da administração americana face ao tema Afeganistão.....	29
3.1.2. Contributo da Administração Obama na Cimeira de Estrasburgo-Kehl	32
3.1.3. A actualidade da política Norte-Americana e repercussões	33
3.2. Prioridades da NATO	34

CONCLUSÕES.....	37
Síntese.....	37
Considerações Finais.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
APÊNDICE A – Corpo de Conceitos –.....	46
A.1. Introdução.....	46
A.2. Corpo de Conceitos.....	46
APÊNDICE B – Análise Geopolítica do Factor Humano do Afeganistão –.....	48
B.1. Introdução.....	48
B.2. Factor Humano.....	48
APÊNDICE C – Entrevista ao Sr. Major Mariano –.....	50
B.1. Introdução.....	50
B.2. Entrevista.....	50
APÊNDICE D – Entrevista ao Sr. Tenente-Coronel Brito Teixeira –.....	55
C.1. Introdução.....	55
C.2. Entrevista.....	55
APÊNDICE E – Entrevista ao Sr. Tenente-Coronel Leal –.....	60
D.1. Introdução.....	60
D.2. Entrevista.....	60
ANEXO A – Mapas Do Afeganistão.....	64
A.1. Introdução.....	64
A.2. Mapas.....	64

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: Enquadramento geográfico do Afeganistão no planeta Terra.....	64
Fig. 2: Enquadramento geográfico do Afeganistão no continente Asiático.....	64
Fig. 3: Limites políticos do Afeganistão.....	65
Fig. 4: Hidrografia do Afeganistão.....	65
Fig. 5: Relevo do Afeganistão.....	66
Fig. 6: Distribuição demográfica da população afegã.....	66
Fig. 7: Distribuição etnográfica da população afegã.....	67
Fig. 8: Rede rodoviária no Afeganistão.....	67
Fig. 9: Divisão administrativa do território afegão.....	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a. C.:	Antes de Cristo
ADM:	Armas de Destruição Maciça
AWACS:	“Airborne Warning and Control System”
CIA:	“Central Intelligence Agency”
DIP:	Direito Internacional Público
ENA:	Exército Nacional Afegão
ENS:	Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América
EUA:	Estados Unidos da América
FBI:	“Federal Bureau of Investigation”
H:	Hipótese
in:	Citado em
ISAF:	Força Internacional de Segurança e Assistência no Afeganistão
km:	Quilómetros
km ² :	Quilómetros quadrados
kWh:	Quilowatts por hora
MC:	“Military Concept”
NATO:	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NRF:	“NATO Response Forces”
NSA:	“National Security Agency”
ONU:	Organização das Nações Unidas
OPD:	“Operation Preparation Directorate”
P.:	Página
Pág:	Página
PDPA:	Partido Democrático do Povo Afegão
PIB:	Produto Interno Bruto
SACEUR	“Supreme Allied Commander Europe”
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada

RESUMO

Durante toda a sua existência o Afeganistão experienciou sistematicamente um conjunto de guerras e conflitos que condicionaram a sua situação actual. O conflito vivido actualmente surge associado aos atentados terroristas do dia 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos da América desempenharam inicialmente um papel fundamental na resolução do conflito, no entanto, alterações na sua política externa levou-os a remeter para segundo plano a problemática afegã.

O actual processo de pacificação do Afeganistão conta com a actuação da comunidade internacional. A nova administração americana percepção a situação vivida no território afegão num prisma diferente da administração anterior. Aliado a este facto surgiram mudanças na actuação dos Estados Unidos da América naquele país que afectaram e afectam a comunidade internacional.

Palavras-Chave

- CONFLITO
- ESTRATÉGIA
- TERRORISMO

ABSTRACT

During all its existence, Afghanistan has experienced wars and conflicts that influenced its current situation. The current conflict appears associated to the terrorist attacks on 11 of September of 2001 in the United States of America.

The United States of America performed initially a fundamental role in the resolution of the conflict, however, changes in its external politics took them to put on a second plan the problems of Afghanistan.

The current process of pacification of Afghanistan counts with the support of the international community. The new American administration sees the situation lived on Afghan territory in a different angle than the administration before. Allied to this fact, changes have emerged on the actuation of the United States of America in that country that are affecting and affect the international community.

Key Words

- CONFLICT
- STRATEGY
- TERRORISM

INTRODUÇÃO

Nota introdutória

Ao longo da sua história, o Afeganistão viu-se envolvido em vários conflitos pelos mais diversos motivos. A retirada precipitada da União Soviética deste país em 1989 deixou-o mergulhado num conjunto de guerras internas motivadas pela tentativa de controlo daquela região por parte de várias facções. O Afeganistão viveu assim uma situação de instabilidade a todos os níveis durante mais de 10 anos. O conflito vivido actualmente no seio desse país, está directamente ligado aos atentados terroristas que ocorreram nos Estados Unidos da América (EUA) em 11 de Setembro de 2001. Uma acção terrorista complexa e de enormes proporções, na qual aviões de linhas civis foram desviados, dois deles embateram em dois arranha-céus emblemáticos de Nova Iorque, o “World Trade Center”, tendo provocado a sua queda, um outro embateu contra o Pentágono, e outro despenhou-se na Pensilvânia.

O termo utilizado pelos EUA foi de “guerra contra o terrorismo”, uma campanha iniciada pelos EUA e destinada a erradicar o terrorismo do planeta. “...Encontram-se milhares de terroristas em mais de sessenta países... Todos os países devem agora tomar uma decisão. Ou estão connosco, ou estão do lado dos terroristas.” (Bush *in* Foster, Magdoff, McChesney; 2002, p.160).

No dia 12 de Setembro de 2001, os EUA como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), invocaram pela primeira vez na história da organização o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte¹, interpretando o ataque aos EUA como um ataque a todos os membros da NATO.

Foi apontado por parte dos EUA, como responsável pelos atentados de 11 de Setembro, o chefe da Al-Qaeda, Osama Bin Laden, estando este em território afegão. A recusa dos taliban, governantes do Afeganistão na época, em entregar Osama Bin Laden, motivou os EUA a intervir militarmente neste país em Outubro de 2001, iniciando uma operação militar designada de “Justiça Infinita”, e posteriormente, “Liberdade Duradoura”. “...A partir de hoje, todas as nações que continuarem a abrigar ou apoiar o terrorismo serão consideradas pelos Estados Unidos como hostis...” (Bush *in* Foster, Magdoff, McChesney; 2002, p.160).

Em colaboração com a Aliança do Norte (forças opositoras ao regime Taliban), os EUA derrotaram o regime e os seus aliados da Al-Qaeda. A Aliança do Norte conseguiu desta forma estabelecer o domínio do país.

O ano de 2002 ficou marcado pelo final da guerra civil no Afeganistão e pelo início de um longo processo de reconstrução desse país. Foi o final de mais duas décadas de instabilidade que destruíram o país aos mais diversos níveis. No entanto, a esperança de

¹ “O artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte incorpora o princípio de que um ataque a um membro da NATO é considerado um ataque a toda a organização.” (NATO Handbook, 2006, p. 528).

que seria possível estabilizar a situação do país rapidamente, desvaneceu quando se constatou que não era possível criar um governo de consenso nacional.

Desde 2003 a NATO lidera a Força Internacional de Segurança e Assistência no Afeganistão (ISAF) com o objectivo de trazer estabilidade e desenvolvimento ao Afeganistão, missão mandatada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O desenvolvimento desta operação quer ao nível da dimensão territorial quer ao nível de recursos empregues tem tido um desenvolvimento surpreendente, estendendo-se desde 2006 por todo o território afegão.

Apesar de todos os esforços da comunidade internacional para estabilizar a situação do Afeganistão, por razões de natureza diversa essa estabilização apresenta-se como uma meta de difícil alcance.

Metodologia

A **definição do contexto e introdução ao problema** apresentados, permitem enquadrar o leitor neste tema e simultaneamente suscitar o seu interesse pela problemática vivida actualmente no Afeganistão. A finalidade deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), é entender o papel da ordem internacional no Afeganistão.

Como **objectivo de investigação** específico, propõe-se verificar o impacto que a situação actual do Afeganistão está a ter ao nível internacional e de que forma esta situação é percebida pela comunidade internacional.

A **importância do estudo** insere-se no carácter volátil e na permanente mutação dos interesses políticos dos diversos actores das relações internacionais, bem como a sua constante alteração de prioridades.

Uma vez que existem inúmeras formas de abordar o tema proposto houve necessidade de se proceder a uma **delimitação do estudo**. É certo que já vários autores de renome escreveram e escrevem sobre este assunto, no entanto devido a limitações impostas relativamente à dimensão do trabalho será necessário exercer um rigoroso poder de síntese. Uma vez que o Afeganistão ao longo da história se viu envolvido em vários conflitos optou-se por analisar em pormenor o conflito vivido actualmente no território afegão e que teve início em Outubro de 2001, não se podendo no entanto menosprezar o antecedente, para melhor compreensão da actualidade. Ao nível dos actores externos que tiveram uma participação activa neste conflito vão ser analisados com maior detalhe o Estado Nação, EUA, e a Organização Internacional, NATO, dando relevo à importância da actuação de ambos, não esquecendo porém o papel de alguns actores regionais neste conflito.

A **metodologia de investigação** adoptada para a elaboração do TIA é a do método científico com recurso ao modelo dedutivo. Este trabalho baseia-se na análise de documentos e acontecimentos que influenciaram decisivamente a situação actual do

Afeganistão. O recurso a entrevistas foi também outra importante fonte de informação utilizada.

A bibliografia a partir da qual se sustenta este TIA é centrada em autores nacionais e estrangeiros de mérito reconhecido cujo conhecimento vasto relativamente a esta temática constitui uma base sólida para o apoio deste trabalho. Assim sendo, foi elaborada uma pesquisa documental, a qual, para permitir a realização do TIA, teve como data limite Abril de 2009. No entanto não se excluiu a consulta de artigos de interesse para os objectivos pretendidos posteriores a esta data.

Além da pesquisa bibliográfica, foi entrevistado um conjunto de personalidades com conhecimentos nesta área com o objectivo de enriquecer este trabalho.

Perante a diversidade de questões que se podem levantar, dado o tema proposto, houve necessidade de definir uma questão central: *“Em que medida o Afeganistão representa na actualidade uma elevada prioridade na agenda política internacional?”*

Como fio condutor de todo o percurso metodológico, foi levantado um conjunto de questões derivadas. São essas questões a base da análise e é através delas que se vai dar resposta ao problema levantado através da questão central. As questões derivadas são:

- Sendo o Afeganistão um país que pela sua natureza geopolítica já se viu envolvido em vários conflitos, quais as condicionantes da conflitualidade actual nesse país?
- Tendo em conta que os EUA se constituíram numa fase inicial, como o actor externo que desempenhou um papel mais activo e influenciador na situação actual do Afeganistão, de que forma a política implementada se manifestou como uma resposta às necessidades desse país?
- Sendo a NATO uma das organizações internacionais com um dos papéis mais significativos na pacificação do Afeganistão, quais as dificuldades que sente na actualidade e quais as medidas adoptadas no sentido de alcançar uma situação estável para esse país?
- Em que medida a nova estratégia global dos EUA, imposta pela nova presidência, produziu alterações significativas na forma de lidar com a problemática do Afeganistão?

Para orientação do estudo efectuado foram levantadas hipóteses (H), concebidas a partir de um conhecimento adquirido previamente a partir da consulta de literatura.

- H1 – Actualmente o Afeganistão constitui-se na totalidade como uma elevada prioridade da agenda política internacional.
- H2 – Actualmente o Afeganistão constitui-se parcialmente como uma elevada prioridade da agenda política internacional, ocupando um lugar de destaque mas partilhando-o com outras problemáticas de semelhante importância.

- H3 – Actualmente o Afeganistão não se constitui como uma elevada prioridade da agenda política internacional, sendo a sua situação remetida para um plano de menor importância.

O TIA apresenta uma **organização e conteúdo** estruturados numa introdução e três capítulos, apresentando no final algumas conclusões

No capítulo I, denominado “Enquadramento Geo Histórico e Geopolítico do Afeganistão” encontra-se dividido em dois subcapítulos. O primeiro faz uma abordagem aos antecedentes históricos daquele país até a data de 11 de Setembro de 2001 e permite uma melhor compreensão de algumas problemáticas que afectam hoje o Afeganistão. O segundo subcapítulo faz o enquadramento Geopolítico deste país e é importante na medida em que apresenta alguns aspectos de natureza interna que têm influência no conflito actual, bem como permite a compreensão do envolvimento de alguns actores externos regionais no próprio conflito.

O capítulo II, “O Afeganistão no Pós 11 de Setembro”, está dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo aborda a evolução da situação do Afeganistão após a intervenção militar dos EUA no seu território. O segundo subcapítulo interpreta a mudança da estratégia nacional de defesa americana motivada pelos acontecimentos de 11 de Setembro. O terceiro subcapítulo enquadra a actuação da NATO e a evolução dessa actuação no teatro do Afeganistão.

O capítulo III, “A Influência da Nova Administração Americana no Afeganistão”, está dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo são referidas as linhas de ruptura da administração Obama em comparação à administração anterior. É explicada a abordagem da administração americana actual perante o conflito do Afeganistão e a sua influência na comunidade internacional e na NATO relativamente a esta problemática. No segundo subcapítulo é abordada a forma de como a NATO estabelece prioritária a resolução do conflito afegão.

No final, sob a forma de conclusões, é apresentada uma síntese e algumas considerações finais, incluindo os aspectos mais relevantes decorrentes do trabalho. Aspectos que permitirão responder à questão central e assim atingir os objectivos propostos inicialmente.

Como forma de clarificar e objectivar as opções tomadas relativamente a alguns conceitos que se consideram contribuir para a compreensão do tema, foi compilado um **corpo de conceitos** que se encontra em apêndice.

1. ENQUADRAMENTO GEO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO DO AFGANISTÃO

1.1. Antecedentes Históricos

As primeiras referências à área conhecida actualmente como Afeganistão foram elaboradas durante o reinado de Ciro, o Grande em 530 antes de Cristo (a. C.). A essa altura, o império colonizador de Dario, o Grande (550-486 a. C.) , incluía uma parte do sul do Afeganistão (Marsden, 2002). Enquanto algumas províncias prestavam vassalagem a Dario, também houve pequenos reinos tribais que manifestaram uma grande oposição às suas tentativas de colonização.

A fundação do Afeganistão assim como algumas das cidades mais importantes é atribuída a Alexandre, o Grande (356-323 a. C.), que conquistou este território com auxílio do exército grego. Alexandre entrou no Afeganistão em 330 a. C., após assassinato de Dario, o terceiro, e conseqüente queda do seu império. Tal como Dario, também Alexandre encontrou uma forte resistência dos líderes tribais, no entanto isso não o impediu de fundar cidades como Herat, Cabul e Kandahar. No ano de 327 a.C., Alexandre, apanhado por uma rebelião nos limites ocidentais do actual Paquistão, foi forçado a retirar para a Babilónia, onde morreu em 323 a. C., deixando o império fragmentado. O controlo do Afeganistão ficou a cargo dos colonos gregos, que introduziram o budismo neste país, e assim permaneceu durante dois séculos (Marsden, 2002).

Durante os dois primeiros séculos depois do nascimento de Cristo, com a dinastia Cushan, o Afeganistão teve um papel activo na rota da seda, sendo que algumas das suas cidades serviam de entrepostos a esta rota. Com a conquista do Império Cushan por parte da dinastia dos Sassânidas, o Afeganistão passou a ser governado por estes até 651. No entanto o domínio sassânida do antigo império Cushan nunca foi muito forte e rapidamente foi fragmentado, por fruto de invasões dos hunos Heptalitas, mas estes também não conseguiram manter uma forte unidade, vendo o seu império destruído em meados do século VI pelos sassânidas e turcos ocidentais.

Já no século VII, foi introduzido o islamismo no Afeganistão, associado aos movimentos dos exércitos árabes, os portadores da mensagem do islão. Fruto das invasões árabes, o Afeganistão voltou a desintegrar-se, no qual Cabul controlou uma parte do leste do actual território Afegão até ao século X.

No final do século X, estabeleceu-se a dinastia Gaznavide, dos turcos do norte, e governou o Afeganistão de 977 a 1186. Com a morte do seu principal arquitecto em 1030, Yamin Mahmud, o império entrou em declínio. Contudo, foi Gengiscão (1162-1227) que veio

destruir esta civilização e muitas mais desde a sua pátria, a Mongólia, até ao Cáspio (Marsden, 2002).

Com a sua passagem em 1219, Gengiscão deixou para trás os Hazaras actuais, resultantes da mistura entre mongóis e as tribos locais. Após as devastações mongólicas a região tornou a fragmentar-se.

O controlo unificado do território só foi conseguido sob o domínio de Tamerlão (1336-1405), de ascendência turco-mongol, cujo império se estendia da Turquia à Índia. O reinado de Tamerlão e os seus sucessores (período Timúrida) durou até 1506, Herat era na altura a capital do império. Este reinado deixou um grande legado para o futuro do Afeganistão, legado esse resultante da fusão entre a cultura central asiática e persa.

Após o desaparecimento da dinastia Timúrida, o Afeganistão foi dividido entre os impérios Mongol e Safávide. Os dois impérios defrontaram-se pelo controlo de Kandahar, que oscilou entre os dois contendores e tiveram ambos que lutar com os uzbeques do norte sendo que em 1648, os mongóis desistiram do norte do Afeganistão. Enfrentaram igualmente revoltas das tribos pashtun que continuaram de 1658 até 1675.

O Império mongol entrou em decadência após a morte do seu imperador em 1707. Com a queda do Império Mongol, precipita-se a colonização da Índia, que opôs a Inglaterra a França e o Império Russo. Em 1809, devido às diversas tentativas tanto do Império Russo e Britânico em dominar o território afegão, a Grã-Bretanha e o Afeganistão assinaram um tratado de defesa mútua contra a França e o Império Russo.

Em 1837 houve uma tentativa frustrada de renovar o tratado de defesa mútua. Para se certificar que o Afeganistão não seria vulnerável à influência ou a uma invasão russa, a Grã-Bretanha invadiu o Afeganistão em 1839, dando início à primeira das três guerras anglo-afegãs. Assumindo que a ocupação se solidificara, a Grã-Bretanha começou a importar o estilo colonial que desenvolvera na Índia, mas dois anos foram suficientes para a insatisfação popular se manifestar numa insurreição armada. Perante a impossibilidade de manter uma política colonialista no Afeganistão os Britânicos assinaram um tratado que reconhecia Dost Muhammad como governante em Cabul, terminando desta forma em 1842 a primeira guerra anglo-afegã.

A segunda guerra ocorreu devido a um conflito de influências entre a Rússia e a Inglaterra por consequência de, em 1878, uma missão Russa ter sido aceite em Cabul, apesar da pouca receptividade do governante afegão, e uma missão Britânica ter sido rejeitada no mesmo prazo temporal. Em resposta a Grã-Bretanha enviou uma força invasora. A guerra terminou com o tratado de Gandamak em 1879, com o qual a Grã-Bretanha passava a controlar os negócios estrangeiros do Afeganistão e passava a dispor de representantes britânicos em Cabul.

Apesar disso, as tensões entre a Rússia e a Grã-Bretanha continuaram, no entanto houve um conjunto de acordos celebrados em 1981 e 1985-1986 que fixaram os actuais

limites a norte do Afeganistão. Em 1983 foi acordada a linha Durand. Esta linha marcava o limite entre o Afeganistão e a Índia britânica (actual Paquistão) e dividiu a população pashtun a meio.

Devido a desentendimentos entre Rússia e o Afeganistão, a Grã-Bretanha passou a controlar o país sob a forma de protectorado em 1907.

O assassinato do emir Habibullah em 1919 foi marco fundamental para o início da terceira guerra anglo-afegã. Habibullah ficou célebre pelo seu sucesso em manter a Grã-Bretanha e a Rússia afastadas, mantendo desta forma o Afeganistão neutro neste jogo de conflito de interesses, inclusive durante a primeira guerra mundial. O seu sucessor, Amanullah, poucos meses após tomar poder, declarou guerra à Grã-Bretanha, procurando explorar a debilidade que a primeira grande guerra lhe tinha causado. Apesar de bem sucedida numa fase inicial, a Grã-Bretanha perdeu o interesse na continuação da guerra, pelo que acordou pelo tratado de Rawalpindi em 1919, que o Afeganistão controlaria a partir desse momento os seus negócios estrangeiros, reconhecendo desta forma a sua independência.

Após assinatura deste tratado, o Afeganistão estabeleceu contactos com a União Soviética, que reconheceu de igual forma a independência deste país, através de uma troca de missões, assinando um tratado de amizade em Maio de 1921. Foram também enviadas missões à Europa e aos EUA com o objectivo de estabelecer relações diplomáticas. Terminaram desta forma as pretensões da Grã-Bretanha em controlar o Afeganistão. “O malogro da tentativa Britânica de colonizar o Afeganistão permanece como importante fonte do orgulho afegão na invencibilidade do seu país.” (Marsden, 2002, p. 39).

A preocupação de Amanullah relativamente ao atraso do Afeganistão em comparação com o Ocidente, levou-o a tentar modernizar o seu país, que no seu entender seria através da imposição de alguns costumes ocidentais. No entanto, a forte oposição das tribos conservadoras, que incluía revoltas armadas, forçou-o a fugir para o exílio em 1929.

Quando a segunda guerra mundial despoletou, o Afeganistão conseguiu manter a neutralidade, apesar de ter mantido fortes relações com a Alemanha, Itália e Japão nos anos precedentes.

A partir de 1950, motivado por um desentendimento com o Paquistão, o Afeganistão começou a desenvolver fortes relações comerciais com a Rússia, envolvendo produtos petrolíferos, armamento, algodão e lã.

Em 1964 Zahir Xá instaurou a Monarquia Constitucional, que resultou num período de reformas e tolerância. “Uma das provisões mais importantes da Constituição de 1964 era a igualdade jurídica de mulheres e homens²” (Marsden, 2002, p. 42). No entanto deste período também resultou uma enorme instabilidade política e radicalismo. Os movimentos

² “O primeiro parlamento, eleito em 1965, tinha quatro deputadas num total de 216 membros.” (Marsden, 2002, p. 43)

radicais provinham sobretudo da população estudantil de Cabul, que se reviam no Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA). Enquanto alguns defendiam um processo de reformas acelerado, outros opunham-se às mudanças e lutavam pelo regresso aos valores islâmicos. Os partidos islamistas, como eram conhecidos, defendiam a implementação de um Estado islâmico baseado na lei da Charia³.

Os anos que se seguiram foram de grande instabilidade, com os partidos socialistas e islamistas em crescimento. Entre 1969 a 1972, o Afeganistão foi assolado por uma desastrosa fome, que demonstrou que o governo não tinha a eficácia nem a integridade necessárias. Em 1973, Daoud Khan, por meio de um golpe militar e com o auxílio do PDPA, depôs Zahir Xá e instaurou a república.

Alguns membros do PDPA tornaram-se membros do Comité Central de Daoud. Este novo líder iniciou um novo processo de reformas, mas foi cuidadoso no sentido de evitar uma reacção por parte das facções mais conservadoras daquele país. No entanto a sua política fez aumentar a tensão dentro do seu Comité, levando Daoud a afastar os membros do PDPA do governo. Iniciou também uma campanha contra os possíveis oponentes, obrigando os partidos islamistas a desmembrarem-se e a fugir para o Paquistão. Simultaneamente reforçou laços com o Ocidente e o Irão com o objectivo de reduzir a dependência da União Soviética.

A 17 de Abril de 1978, um golpe militar orquestrado pela facção Parcham do PDPA com possível apoio da União Soviética, leva à proclamação da República Democrática do Afeganistão sob a chefia de Muhammad Taraki. O PDPA tomou de imediato um conjunto de medidas, das quais se destaca uma campanha de alfabetização que incluía toda a população, das várias faixas etárias, sem qualquer tipo de discriminação quer de etnia ou sexo. No entanto, à semelhança da política imposta por Amanullah, não se criou um processo gradual de reformas, e não se teve em conta a sensibilidade da população em relação a algumas políticas implementadas⁴.

Esta falta de sensibilidade em relação às convicções religiosas e sociais do PDPA, bem como o uso da força para introduzir mudanças, levou a uma reacção por parte da população rural, e de alguns sectores que se viram prejudicados pelas medidas do PDPA. “A raiva da população encontrou um bom pretexto no chamamento para uma jihad⁵” (Marsden, 2002, p. 44). A oposição contra o regime manifestou-se sob a forma de violência em várias regiões, e o exército foi chamado a intervir ainda com mais violência.

A União Soviética não estava satisfeita com a forma de como a situação se desenrolava no Afeganistão, mas não tinha outra hipótese senão apoiar o PDPA, afinal,

³ A lei de Charia contem as premissas que um muçulmano deve seguir e que o orientam em todos os aspectos da sua vida. (<http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/1510867/What-is-sharia-law.html>).

⁴ “A utilização de professores masculinos para ensinar mulheres e raparigas era considerada uma ofensa pelos sectores tradicionais... As pessoas mais velhas sentiam-se humilhadas por estarem a ser ensinadas por pessoas mais novas.” (Marsden, 2002, p. 44).

⁵ Em árabe: “Guerra Santa contra o infiel” (<http://www.thefreedictionary.com/jihad>).

tinha obtido benefício na sua ascensão ao poder, a nível económico, político e militar. Em 1978 foi assinado um acordo que dava ao Afeganistão a possibilidade de pedir auxílio militar directo à União Soviética caso houvesse necessidade.

O ambiente de conflitualidade vivido no Afeganistão levou ao derrube de Muhammad Taraki em Setembro de 1979 e à sua substituição por Hafizullah Amin. O novo presidente rapidamente manifestou uma independência aos laços com a União Soviética.

Em Dezembro de 1979 a União Soviética invadiu o Afeganistão, substituindo Amin por Babrak Karmal, um membro relativamente moderado do PDPA. As verdadeiras razões que levaram à invasão do Afeganistão não são verdadeiramente conhecidas, no entanto, "... as evidências sugerem que o factor dominante foi o medo Histórico de Moscovo se ver cercado pelo sul..." (Marsden, 2002, p. 45), bem como a possibilidade de que os EUA poderiam estabelecer uma presença militar no país.

A invasão russa gerou uma grande contestação mundial, apesar disso, permaneceram no Afeganistão até Fevereiro de 1989. A decisão de retirada foi tomada em 1986 e dada de forma escrita nos acordos de Genebra de Abril de 1988 e resultou não só de factores internos, uma vez que a economia soviética apresentava sinais de ruptura, mas também da derrota militar, imposta pela força guerrilha dos mujahidin⁶ apoiada pelos EUA, Irão e Arábia Saudita. Além disso, Mikhail Gorbachev, que chegou ao poder em 1985, não partilhava das mesmas tendências dos antecessores, e montou um corpo de apoio para terminar com o envolvimento soviético no Afeganistão.

A comunidade internacional previa que o governo até então apoiado pela União Soviética de Najibullah, substituto de Babrak Karmal, caísse imediatamente após a retirada soviética. No entanto isso não aconteceu, e após a retirada soviética este governo procurou legitimar-se estabelecendo uma capital alternativa no Afeganistão, em Jalalabad, que imediatamente foi sitiada pelos mujahidins. Apesar disso foram necessários três anos para o governo cair. O governo de Najibullah beneficiou dos recursos que tinham sido fornecidos pela União Soviética e que lhe permitiram defender-se e proporcionar um nível de vida razoável às suas populações. Beneficiou também de uma fragmentação nas fileiras dos mujahidin. Quando esses recursos terminaram, o governo tornou-se vulnerável e caiu em 1992.

A queda do governo de Najibullah ficou consolidada pela tomada de Cabul que ocorreu sem grande oposição e de uma forma calma, contrariamente aos anos que se seguiram que ficaram marcados por uma sucessão de guerras civis entre as várias facções mujahidin. Essas guerras foram sobretudo motivadas pela falta de consenso na escolha de

⁶ "Em árabe significa: combatente ou guerreiro da Jihad, nome dado aos guerrilheiros que combateram a invasão soviética no Afeganistão. (Pohly e Durán *in* Baptista, 2006, p. 320).

um regime que pudesse governar o Afeganistão e terminaram com o aparecimento do movimento taliban⁷.

Este movimento teve início em 1994 com um pequeno grupo em Kandahar, tendo como chefe absoluto o mulá Muhammad Omar. Este grupo terá ficado ofendido com o comportamento dos chefes mujahidin na sua luta pelo poder, e decidiram agir inspirando-se no islão para justificar a sua intervenção.

Em Outubro de 1994, os taliban tomaram Kandahar quase sem resistência. A cidade estava mergulhada numa intensa anarquia, devido às lutas constantes entre mujahidins para tomar o poder. De imediato exigiram à população a entrega das armas que possuíam, no sentido de impor paz na região. Anunciaram que a missão deles era libertar o Afeganistão da liderança corrupta e criar uma sociedade conforme o islão. Simultaneamente emitiram decretos pelos quais era exigido aos homens que usassem barba, cabelo curto e turbante e às mulheres que usassem burqa⁸. As mulheres foram igualmente proibidas de trabalhar dado que "...a sua responsabilidade era a de criar a próxima geração de muçulmanos." (Marsden, 2002, p. 68). Alguns decretos baniram a música, os jogos e qualquer representação da forma humana. A forma de como a ordem foi imposta pelos taliban em Kandahar, deu-lhes uma popularidade considerável.

À medida que avançavam na sua campanha incentivavam as pessoas a juntar-se às suas fileiras, e uma vez que a sua popularidade era elevada não lhes foi difícil angariar seguidores. "...o facto de usarem sempre turbantes brancos, o seu fervor religioso e pureza, permitiu que a superstição popular lhes conferisse quase uma aura sobrenatural." (Marsden, 2002, p. 68)

Em Fevereiro de 1995, já tinham conquistado quase metade do Afeganistão, e prosseguiram a sua marcha em direcção a Cabul, conquistando esta cidade em Setembro de 1996 quase sem resistência. Para grande parte da população a chegada dos taliban foi vista com algum alívio e esperança de que poderia haver paz. Todavia, os taliban não perderam muito tempo em Cabul, seguindo de imediato para norte, onde tiveram que enfrentar a resistência militar da Aliança do Norte.

Não só por razões de ordem económica e medo de um reacender do conflito mas também pelas restrições impostas pelos taliban, várias pessoas saíram do Afeganistão em direcção ao Paquistão. O país sofreu também um retrocesso económico.

A pouca experiencia por parte dos taliban em gerir um governo não foi considerado por estes um problema na altura em que tomaram o poder. Apesar de se terem manifestado proficientes na campanha militar, na manutenção e fortalecimento das estruturas administrativas manifestaram fortes lacunas, de tal forma que era difícil para as organizações

⁷ "Estudante de religião, geralmente associado aos alunos das madrassas, que são escolas corânicas" (Pohly e Durán *in* Baptista, 2006, p. 320).

⁸ A burqa é uma espécie de vestuário que cobre todo o corpo da mulher, com excepção das mãos e dos olhos. (<http://www.wisegeek.com/what-is-a-burqa.htm>).

externas e para as missões diplomáticas compreender a natureza dos processos internos de decisão.

Com a captura de Cabul, veio também a criação do Departamento para a Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício, uma polícia religiosa com o objectivo de aplicar as políticas dos taliban às populações urbanas.

Em Dezembro de 1996, os Talibã lançaram outra investida contra a Aliança do Norte, desta vez tendo sido bem sucedidos na tomada de alguns pontos estratégicos. No entanto, com esta incursão, mais de cem mil pessoas foram enviadas para Cabul como refugiadas. As sucessivas investidas dos taliban no norte do país elevavam para duzentos mil, o número de refugiados em 1997. Nem com os apelos do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas, as pessoas puderam regressar às suas casas no norte do país. O empenho dos taliban na conquista de todo país era elevado, e estes não queriam correr riscos.

Em 19 de Maio de 1997, um dos generais da Aliança do Norte declarou que passara para o lado dos taliban, marchando sob Mazar e tomando-a. Em 25 de Maio entregou-a aos taliban. Mediante estes acontecimentos, o Paquistão foi o primeiro país a reconhecer os taliban como legítimos governantes do Afeganistão, seguindo-se a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

Inúmeros relatórios indicavam que vários comandantes tinham passado agora para o lado dos taliban e já nada fazia deter o seu avanço. Até que a população de Mazar se revoltou aquando da tentativa dos taliban em desarmar a população, tendo massacrado os novos senhores da cidade.

Perante a coesão da Aliança do Norte e de alguns ganhos significativos que esta veio a ter no mês de Julho, os taliban decidiram aumentar o número de prisões de possíveis simpatizantes dos opositores, com o objectivo de evitar uma insurreição em Cabul. Alguns acontecimentos em Setembro de 1997, fizeram agravar a sentimento de insegurança e perseguição em Cabul. Perante as tentativas frustradas em reconquistar Mazar e os sucessos da Aliança do Norte, os taliban aumentaram as represálias sob a população de Cabul, algo que contribuiu ainda mais para o retrocesso económico, uma vez que a população receava sair à rua, mesmo para trabalhar.

Em Agosto de 1998, os taliban conquistaram Mazar e só voltaram a conquistar terreno com a tomada de Taloqan. Esta conquista levou quase duzentas mil pessoas a fugir para o Paquistão.

A resistência da Aliança do Norte manteve-se e apesar das várias tentativas infrutíferas dos taliban, não foi possível erradica-la. Até que com o assassinio de Ahmed Xá Massoud, um dos líderes da Aliança do Norte, no início de Setembro de 2001, a conquista de todo o território afegão se manifestou como uma meta de mais fácil acesso para os taliban. No entanto, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, vieram a alterar significativamente as prioridades deste governo.

1.2. Enquadramento Geopolítico

1.2.1. Características Físicas e Humanas

1.2.1.1. Factor Físico

1.2.1.1.1. Extensão

O Afeganistão é um país com 647497 Quilómetros quadrados (km²), cerca de 7 vezes a área de Portugal. Este país apresenta mais de metade do seu território ocupado por uma parcela da cordilheira dos Himalaias, fazendo esta zona, uma zona de difícil habitabilidade e com escassos recursos e impossível de explorar aos mais diversos níveis. Por este motivo é também difícil exercer o poder central de igual forma em todo o país. A grande extensão deste país apresenta-se como uma vulnerabilidade.

1.2.1.1.2. Posição

O Afeganistão localiza-se na Ásia Central e apresenta uma posição estratégica na Ásia do Sul⁹, na medida em que faz a ligação entre a Ásia Central, a Ásia do Sul e o Médio Oriente. A posição geográfica do Afeganistão poderia ser explorada economicamente para a passagem de gás natural e petróleo, por parte dos países produtores como o Irão, a Rússia e Arábia Saudita, e os países interessados como o Paquistão, a Índia, a China e os EUA, no entanto, apresenta vulnerabilidades uma vez que se encontra numa zona onde organizações terroristas têm bases importantes, ocupando uma posição de destaque para tráfico de drogas, armas e para a expansão de organizações terroristas. A ausência de costa marítima apresenta grandes vulnerabilidades no que diz respeito aos acessos e aos recursos que esta lhe pudesse possibilitar.

1.2.1.1.3. Configuração

O Afeganistão localiza-se na Ásia central. Faz fronteira a Norte com o Tadjiquistão em cerca de 1206 quilómetros (km), com o Uzbequistão (137 km) e com o Turquemenistão (744 km). Faz fronteira a Este e a Sul com o Paquistão (2430 km) e faz fronteira a Oeste com o Irão (936 km). Cerca de 76 km do território afegão a Nordeste fazem fronteira com a China¹⁰. A natureza dos limites do Afeganistão atribui a este país uma configuração irregular. Não possui ilhas nem costa marítima. A configuração deste país não corresponde a uma configuração perfeita uma vez que a capital, Cabul, se encontra bastante afastada do centro dificultando a expansão do poder central a todo o território.

⁹ Ver Anexo A.

¹⁰ Ver Anexo A.

1.2.1.1.4. Ambiente Natural

Relevo

O Afeganistão pode ser caracterizado geograficamente como um deserto montanhoso, onde se encontram ocasionalmente vales férteis, bacias hidrográficas e oásis. Este país incorpora a base da cordilheira dos Himalaias¹¹, cadeia montanhosa conhecida como Hindu Kush, que ocupa mais de metade do território Afegão. A Norte desta cadeia montanhosa localizam-se as planícies que atravessam a fronteira afegã no rio Amu Darya. A Sul do Hindu Kush encontra-se um deserto que atravessa o Paquistão até ao Oceano Índico e que revela pouco valor defensivo. O Afeganistão tem o seu ponto mais alto no Monte Nowshak com 7845 metros de altitude a Noroeste junto à fronteira com Paquistão¹². Este relevo limita em muito o povoamento de certas regiões do país, como a região central, que pela sua natureza é praticamente inabitável e contribui para o isolamento das populações. Apresenta-se também como um forte obstáculo natural. A cadeia de montanhas na fronteira com o Paquistão pelo seu relevo revela-se como um local preferencial para actividades de guerrilha.

Hidrografia

O Afeganistão é percorrido por sete rios que merecem especial destaque¹³. Todos os rios têm a sua origem no centro do país, ou seja, na cadeia montanhosa Hindu Kush com a excepção do rio Amu Darya¹⁴ que nasce a Este das montanhas Pamir no Afeganistão e que se desloca pelo território afegão marcando uma parte da fronteira com o Tajiquistão com o Uzbequistão e Turquemenistão, assumindo desta forma um interesse estratégico. O rio Cabul desloca-se para Este em direcção ao Paquistão, passando por Jalalabad. O rio Arghandab é um afluente do rio Helmand que se desloca para Oeste em direcção ao Irão, à semelhança dos rios Farah e Arirud. O rio Balhk desloca-se para Norte em direcção ao Uzbequistão. Apenas os 500 km do rio Amu Darya que se encontram em território afegão são navegáveis todo o ano. Os restantes rios apresentam um caudal muito reduzido no Verão.

¹¹ A cordilheira dos Himalaias é a mais alta do planeta Terra. Esta cordilheira forma-se na fronteira a Norte da Índia e estende-se por cerca de 2500 km de Oeste para Este incluindo mais de 30 picos com mais de 7300 metros de altitude, entre os quais o Evereste, o ponto mais alto do planeta. (<http://student.britannica.com/comptons/article-9274884/Himalayas>).

¹² Ver Anexo A.

¹³ Ver Anexo A.

¹⁴ O Amu Darya é um dos rios mais longos da Ásia Central. Estende-se desde Este das montanhas Pamir no Afeganistão até ao Mar Aral no Uzbequistão, completando durante seu percurso um total de 2540 km. (<http://student.britannica.com/comptons/article-9272847/Amu-Darya>).

Vegetação

A vegetação típica no Norte do Afeganistão é o cedro e o pinheiro, que se encontram a grandes altitudes (entre os 1800 e os 3600 metros), e arbustos e árvores a médias altitudes (entre os 900 e os 1800 metros), como a aveleira. A baixas altitudes a vegetação é escassa.

A vegetação neste país não constitui um recurso natural com peso na economia, nem um factor que influencia na distribuição da população, não só pela sua natureza mas também pela sua escassez. Não representa também um obstáculo natural considerável.

Clima

O clima do Afeganistão é semi-árido e árido, apresentando temperaturas na ordem dos 26 graus negativos nas regiões montanhosas do país e dos 49 graus nas áreas desérticas. As temperaturas elevadas em combinação com a escassez de precipitação na área desértica do Afeganistão, limitam as actividades agrícolas e é em parte responsável pela preferência das populações em cultivar a papoila do ópio que é mais viável neste clima e mais rentável. O clima frio e a precipitação sob a forma de neve nas regiões montanhosas do Afeganistão contribuem para o isolamento das populações nos meses de Inverno e limitam a prática da agricultura nestes meses do ano. As baixas pressões atmosféricas que se fazem sentir nas zonas montanhosas do país limitam o tráfico aéreo. Este clima abrasivo tem também uma forte influência na saúde da população.

1.2.1.2. Factor Humano

Demografia

A população afegã é bastante jovem, no entanto a taxa de mortalidade é muito elevada, fazendo com que o índice de crescimento populacional não seja muito elevado. A população jovem do Afeganistão surge como uma potencialidade. O relevo daquele país apresenta-se como um factor com forte influência na distribuição demográfica naquele território.¹⁵

Etnografia

A multiplicidade de etnias existentes no Afeganistão contribui para uma falta de união social e apresenta-se como uma vulnerabilidade para este país. Há etnias vitimas de discriminação e que não dispõem das mesmas oportunidades sociais que outras. É também um facto que as diferentes etnias e as várias línguas e dialectos falados pela população contribuem para uma falta de coesão nacional.¹⁶

¹⁵ Ver Apêndice B e Anexo A.

¹⁶ Ver Apêndice B e Anexo A.

1.2.2. Factor Recursos

Recursos Alimentares

Cerca de 80% da população está empenhada no sector primário, dedicando-se à agricultura e à criação de gado. No entanto apenas 12% do território é cultivado, sendo que os cereais, o tabaco, o algodão, e a beterraba são os principais produtos desse cultivo. A criação de ovelhas constitui fonte de carne e lã. A produção alimentar do Afeganistão não é suficiente, o que deixa este país dependente de ajuda alimentar.

Recursos Energéticos

O Afeganistão possui reservas de gás natural e de carvão. Segundo a “Central Intelligence Agency” (CIA), as reservas de gás permitiam-lhe em 2006 produzir cerca de 20 milhões de metros cúbicos por ano, sendo este o valor consumido pela população. Estimativas indicam que o Afeganistão possuía em 2008 aproximadamente 49,55 mil milhões de metros cúbicos de gás no seu território. Apesar deste facto, não tem capacidade para explorar este recurso ao ponto que lhe permita exportá-lo. Em 2008, o Afeganistão possuía 466 km de gasodutos. A exploração de carvão não atinge proporções consideráveis.

Em 2007, dados da CIA indicavam que o Afeganistão produzia cerca de 839 milhões de Kwh por ano de electricidade. No entanto o consumo era de 1418 milhões de Kwh por ano, daí a necessidade de importar energia eléctrica.

O Afeganistão não possui reservas naturais de petróleo. Segundo a CIA este país consumiu em 2005 cerca de 5000 barris por dia, o que tinham que ser naturalmente importados.

O Afeganistão possui uma dependência energética bastante elevada. O impacto que esta dependência tem na economia do país poderia ser atenuado pela exportação de gás natural.

Recursos Minerais

O Afeganistão tem reservas de Ouro, Alumínio, Ferro e Cobre, no entanto essas reservas são praticamente inexploradas.

1.2.3. Factor Circulação

1.2.3.1. Ligações Físicas

Ligações Rodoviárias

A rede rodoviária¹⁷ no Afeganistão é insuficiente perante a vastidão daquele território. As ligações em certas partes do ano, condicionadas pelas condições atmosféricas, são praticamente intransitáveis. A principal estrada que existe no Afeganistão é a “Ring Road” que circunda a cadeia montanhosa Hindu Kush e todas as restantes derivam dela, no entanto a sua capacidade de absorção de tráfego é muito reduzida, uma vez que está limitada a duas vias de circulação. Existe também uma estrada que liga Jalalabad a Cabul e ao Paquistão com a mesma capacidade da “Ring Road”. A dificuldade em comunicar com as regiões mais afastadas é muito elevada dado que fora da via principal encontram-se estradas de terra batida em montanhas e desfiladeiros vincados, cuja transitabilidade é em muito afectada pelas condições meteorológicas. Existe uma estrada que liga Cabul a Herat através da cadeia montanhosa de Hindu Kush, no entanto é muito difícil de transitar nessa estrada e quase não é utilizada. Estimativas da CIA indicavam para 2006 um total de 12350 km de estradas pavimentadas e 29800 km não pavimentadas. A dificuldade de comunicação terrestre é uma das principais vulnerabilidades deste país.

Ligações Ferroviárias

O Afeganistão possui apenas 25 km de caminhos-de-ferro, dos quais 10 km fazem a ligação ao Turquemenistão e 15 km ao Uzbequistão. Num país desta dimensão a malha ferroviária é francamente insuficiente.

Ligações aéreas

O Afeganistão continha em 2008 segundo a CIA um total de 50 aeroportos. Dos quais 14 eram pavimentados e 36 eram de terra batida. Apenas os aeroportos de Kandahar e Cabul possuem capacidade internacional. Havia também um total de 9 heliportos em 2007.

Ligações Fluviais

O Afeganistão possui cerca de 1200 km de vias fluviais navegáveis, no entanto apenas 500 km são navegáveis durante todo o ano no rio Amu Darya. Este país possui 3 portos fluviais localizados no Norte do país em Hairatan, Sher Khan e Keleft.

¹⁷ Ver Anexo A.

1.2.3.2. Comunicações de relação

Dados da CIA indicavam para 2005 um total de 280000 telefones fixos em uso no Afeganistão, e 5,4 milhões de telefones portáteis em 2008. Existiam em 2006 três estações de rádio que transmitiam em Pashtun, Dari e em Inglês. Existiam também a esta data 7 canais televisivos. Havia em 2007 cerca de 580000 utilizadores de internet.

Num país com uma população de 33 milhões de habitantes constata-se que o número de pessoas com acesso a este tipo de comunicações é muito reduzido.

1.2.4. Factor Estruturas

Estruturas económicas

A economia no Afeganistão é uma economia de subsistência baseada sobretudo na agricultura. No entanto esta economia sofreu um decréscimo significativo com a destruição de estruturas de irrigação durante o conflito com a União Soviética. Esta destruição levou uma parte significativa da população a optar pelo cultivo da papoila a partir da qual se extrai o ópio, uma vez que as necessidades de água desta cultura são muito reduzidas. O negócio da droga¹⁸ constitui-se hoje como um factor económico ilícito responsável por uma economia clandestina. Este negócio representa cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB), do Afeganistão.

Segundo dados da CIA, a taxa de desemprego estimava-se em 40% para 2008 o que é uma taxa muito elevada. Em 2003, estimava-se que 53% da população vivia abaixo do limiar da pobreza.

Estimativas da CIA indicavam que em 2004 cerca de 80% da população se dedicava ao sector agrícola e somente 20% da população ocupava o sector industrial e os serviços. Valores muito abaixo dos valores dos países desenvolvidos.

O Afeganistão apresentava em 2007 uma taxa de crescimento de 7,5%, uma taxa de crescimento elevada que faz dele o vigésimo quarto país com a taxa de crescimento mais elevada do mundo. Apresentava também em 2007 uma taxa de inflação de 13%.

A CIA indica em 23,03 biliões de dólares o PIB no ano de 2007, o que faz dele o centésimo décimo terceiro país com PIB mais elevado.

As principais dependências externas deste país são a electricidade e o petróleo.

¹⁸ Segundo um relatório de 2008 do Banco mundial, a produção de ópio no Afeganistão representa 90% da produção mundial.

Estruturas Políticas

O actual regime político no Afeganistão é a República Islâmica. A constituição actualmente em vigor foi aprovada em Janeiro de 2004 e o sistema jurídico é baseado simultaneamente na Lei da Charia e no Direito Civil. Está dividido em 34 províncias¹⁹.

A actual administração do Afeganistão liderada por Hamid Karzai é muito frágil e não consegue exercer a sua influência por todo o território. Esta manifesta dificuldades em garantir a segurança de todo o país e em integrar as várias facções étnicas. Existem portanto em algumas regiões onde o poder central não chega, posições de poder ocupadas pelos “senhores da guerra”²⁰, onde têm instaurado regimes opressivos com exércitos privados e com uma base de apoio popular. O negócio da droga financia as actividades dos “senhores da guerra”.

Existem também em algumas zonas rurais, estruturas consideradas parlamentos locais pela população chamadas de Jirga²¹. Contudo, não existe um verdadeiro espírito parlamentar dado que todos participam na discussão e o consenso normalmente reflecte o poder de alguns representantes mais influentes da tribo.

Estruturas Sociais

O sistema de saúde no Afeganistão é muito deficitário. O Hospital Ahmed Shah Baba em Arzan Qimat, um distrito de Cabul, é uma unidade hospitalar de referência. No entanto todos os restantes não asseguram os cuidados mínimos à população. Destaca-se o Hospital Bost, em Lashkar Gah, no sul do Afeganistão pela sua importância uma vez que se encontra numa região severamente afectada pelos conflitos. Nas zonas rurais o acesso à saúde é praticamente impossível e uma parte da população vê-se forçada a recorrer a clínicas privadas. O Afeganistão neste aspecto é muito dependente de ajuda humanitária e a qualidade de vida da população é severamente afectada pela deficitária assistência médica.

Estruturas culturais e religiosas

Segundo a CIA, a taxa de analfabetismo compreendia para 2000 valores na ordem dos 71,9%. Na população masculina a taxa de analfabetismo é de 56,9% e na população feminina de 87,4%, devido à política de discriminação sexual implementada pelo regime taliban. Para 2004, estimava-se que as crianças afegãs frequentavam em média a escola até aos 8 anos de idade. Actualmente existe uma separação de sexos nas escolas.

¹⁹ Ver Anexo A

²⁰ “Os senhores da guerra são comparáveis aos senhores feudais, e detêm o poder armado, político e jurídico na região sobre a qual exercem a sua influência.” (Mariano, 2009) (Ver Apêndice C).

²¹ “Conselho de anciãos tribais ou da tribo inteira para discutir questões políticas e legais” (Rashid, 2002, 293)

Existindo escolas específicas para a população masculina e para a população feminina. A elevada taxa de analfabetismo deixa a população mais jovem com poucas alternativas para o futuro. O analfabetismo da população tem uma influência directa no desenvolvimento do Afeganistão. Além disto as políticas de discriminação sexual implementadas pelo regime taliban só contribuíram para o retrocesso e não para o desenvolvimento. O novo governo afegão tenta contrariar esta tendência.

As madrassas apresentam-se como estruturas com um peso considerável na cultura do povo afegão. Disseminadas sobretudo no Sul do Afeganistão, assumem um papel importante na aquisição por parte das forças opositoras de novos membros para a sua causa.

1.2.5. Análise Geopolítica – Síntese Conclusiva –

Após a análise Geopolítica do Afeganistão constata-se que este possui um conjunto de potencialidades e vulnerabilidades associados a um conjunto de factores.

Uma grande potencialidade é a sua localização estratégica na Ásia Central, e o facto de esta poder ser aproveitada para a passagem de gás natural e petróleo, bem como as reservas de gás natural existentes naquele território.

A população jovem daquele país é também uma potencialidade a destacar. A distribuição etária contribui com um número bastante elevado de indivíduos para a população activa deste país comparativamente a países com uma população mais envelhecida.

Como uma das vulnerabilidades daquele país surge a grande extensão do seu território aliada à escassez de recursos, à inabitabilidade de certas regiões devido ao relevo e ao clima, e à insuficiência de ligações físicas.

A multiplicidade de etnias apresenta-se como uma vulnerabilidade que contribui para a falta de unidade nacional.

As estruturas económicas, políticas, sociais e culturais apresentam lacunas. As estruturas deficitárias do Afeganistão apresentam-se como a principal vulnerabilidade daquele país, no entanto é também a de mais fácil colmatação.

2. O AFGANISTÃO NO PÓS 11 DE SETEMBRO

2.1. Impacto da intervenção militar dos EUA no Afeganistão

Na sequência dos atentados do dia 11 de Setembro de 2001 nos EUA e da recusa por parte dos governantes do Afeganistão à data, os taliban, em entregar a pessoa considerada responsável pelos atentados, Osama Bin Laden; os EUA a interveio militarmente no Afeganistão no sentido de trazer à justiça Bin Laden e desmantelar a rede terrorista que liderava, Al-Qaeda.

Em Outubro de 2001 as forças norte-americanas entraram em território afegão e com o apoio da Aliança do Norte derrotaram o regime taliban e as forças associadas da Al-Qaeda e estabeleceram o domínio do país em menos de dois meses.

O ano de 2002 ficou marcado pelo início de um longo processo de estabilização no Afeganistão. As infra-estruturas económicas e políticas estavam praticamente destruídas após duas décadas marcadas pela invasão soviética e por um conjunto de guerras internas que nunca permitiram a criação de um governo capaz de exercer a sua influência em todo o país.

Após a saída de Cabul dos taliban, a facção tadjique da Aliança do Norte assumiu o controlo de Cabul e impediu o surgir de um governo de consenso nacional dado que esta facção recusou partilhar o poder de forma equitativa com outros grupos étnicos. Foi então eleita uma Autoridade Interina com mandato de 6 meses até que fosse escolhida uma Autoridade de Transição responsável pela implementação de um processo eleitoral a concretizar em 2 anos. Hamid Karzai foi escolhido para liderar a Autoridade Interina.

A falta de influência do poder central em certas partes do território permitia aos “senhores da guerra” agir sem qualquer constrangimento e estes, paralelamente, conquistavam territórios aos taliban, e mantinham os seus exércitos privados a partir de rendimentos provenientes do tráfico de ópio.

Apesar de existir uma tentativa de centralizar o poder e de o fazer chegar a todo o território, a actividade terrorista manteve-se. A falta de segurança motivou o cultivo de papoila em muitas províncias. Apesar de existirem alguns projectos de reconstrução, estes não representaram um número significativo devido à pouca doação financeira da comunidade internacional. Destaca-se o início da construção da auto-estrada que liga Cabul, Kandahar e Herat em Novembro de 2002 e ficou concluída em Outubro de 2003.

Em Janeiro de 2004 foi aprovada a nova constituição²² do Afeganistão e em Outubro de 2004 foi eleito como presidente deste país Hamid Karzai. Esta administração tem

²² “A nova constituição contempla o islão como a religião oficial, ainda que reconhecendo a liberdade e o culto de outras religiões, cativeira cerca de um sexto das vagas da Meshrano Jirga (Casa dos Veteranos) para as mulheres, cujos membros serão nomeados pela Wolesi Jirga (Casa do Povo)

manifestado no entanto dificuldades na expansão do poder central a todas as partes do território afegão.

Em 18 de Setembro de 2005 decorreram as eleições parlamentares no Afeganistão. Estas eleições foram precedidas de um aumento da violência por parte de forças pertencentes à rede Al-Qaeda, e que resultaram na morte de oito candidatos durante o processo eleitoral, facto que veio demonstrar que a segurança em todo o território é um fim de difícil alcance.

Até ao momento, a comunidade internacional tem apoiado o governo afegão no combate ao narcotráfico, no desarmamento de grupos armados ilegais, e no treino das Forças Armadas e da polícia afegãs. Por si só o governo afegão não se manifesta capaz de garantir à população segurança e bem-estar, em grande parte pela falta de meios económicos. A necessidade de apoio da comunidade internacional ainda tarda a desvanecer. Esse apoio tem-se manifestado fundamental e por esse motivo “o Afeganistão mantém-se dependente da boa vontade da Comunidade Internacional quer no apoio financeiro como também no aspecto da segurança.” (Baptista, 2006, p. 325).

2.2. Estratégia Americana pós 11 de Setembro de 2001

Os ataques terroristas do dia 11 de Setembro alteraram sobretudo a percepção de segurança dos Norte-americanos vivida até então. A consciencialização da ameaça terrorista por parte de toda a comunidade internacional teve grande impacto²³, no entanto, este assumiu maiores proporções nos EUA que como consequência alteraram a sua estratégia global²⁴.

Os atentados terroristas do dia 11 de Setembro de 2001 foram declarados, pelo presidente Bush, como actos de guerra²⁵, havendo portanto a legitimidade em responder militarmente. Após o dia 11 de Setembro, a administração Bush definiu o combate ao terrorismo como a prioridade da política externa. A intervenção militar no Afeganistão em Outubro de 2001 constitui-se como a primeira resposta à ameaça terrorista. Em Janeiro de 2002 o presidente Bush denominou de “Eixo do Mal”²⁶, um conjunto de estados

estes eleitos por sufrágio universal; e que o Pashtum e o Dari foram declaradas como línguas oficiais, ainda que seis outras línguas também o sejam nas áreas onde exista uma maioria da população que as fale.” (Carricho, 2004, p. 1119).

²³ “Os diferentes países, bem como a NATO, adaptaram os seus conceitos estratégicos para uma realidade que era nova... Passou a haver também uma maior troca de informações entre Estados.” (Leal, 2009) (Ver Apêndice E).

²⁴ “Estratégia Global é o termo usado para descrever a forma como um país vai utilizar as várias ferramentas que possui – militares, económicas, políticas, tecnológicas, ideológicas e culturais – para proteger a sua segurança global, valores e interesses nacionais.” (Lieber, 2005, p. 61).

²⁵ “Se não fossem vistos como actos de guerra, os atentados teriam que ser objecto de um processo jurídico, sujeito aos formalismos implícitos, ao respeito de múltiplos direitos e garantias individuais e, obviamente, à morosidade que, inevitavelmente, tal processo implicaria.” (Lousada, 2007, p. 37)

²⁶ Coreia do Norte, Iraque e Irão. (<http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=262&id=62989>)

patrocinadores do terrorismo internacional e sobre os quais seria necessário agir ou simplesmente dissuadir de tomarem alguma acção contra os EUA.

O facto deste elemento perturbador, investido de uma nova roupagem, do sistema internacional, que dá pelo nome de terrorismo, se apresentar como um inimigo diferente ao habitual, trouxe com ele a implementação de várias medidas no plano interno dos EUA. Foram reestruturadas as organizações de defesa federais como a “Federal Bureau of Investigation” (FBI), a “National Security Agency” (NSA) e a CIA; e alguns departamentos (Estado, Justiça, Defesa). Foi criado um ministério contra o terrorismo (Gabinete para a Segurança Interna), e aprovou-se a “Patriot Act”²⁷.

Em 17 de Setembro de 2002, já depois da queda do regime taliban, foi publicado pela Casa Branca o documento “ The National Security Strategy of the United States of America”, (A Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América, ENS). A ENS surgiu devido à alteração da percepção de segurança que os EUA viviam até ao dia 11 de Setembro de 2001. Este documento manifestava a resposta àqueles que eram considerados os perigos que os EUA enfrentavam à data.

Neste documento vem espelhada a preocupação dos EUA na defesa contra os seus inimigos. Esses inimigos receberam o nome de terroristas e apresentavam-se diferentes dos inimigos convencionais. Uma rede de indivíduos era considerada suficiente para colocar uma parte significativa de uma população em perigo. A campanha iniciada pelos EUA no Afeganistão tinha como objectivo erradicar o terrorismo do planeta, e segundo este documento, esta campanha iria continuar.

Os EUA entenderam que para eliminar esta ameaça era necessário aplicar todos os meios de coacção disponíveis. O terrorismo tinha um alcance global e combater-lo implicava também actuar em qualquer parte do globo dando à campanha dos EUA um carácter de tempo incerto e aumentando o leque de países que poderiam ser alvo de intervenção. Colocando desta forma o Afeganistão em segundo plano nas suas prioridades.

Os EUA manifestaram-se predispostos a auxiliar qualquer nação que necessitasse de apoio no combate ao terrorismo mas também para intervir naquelas que servissem de abrigo a terroristas, uma vez que, “os aliados do terror são inimigos da civilização”.(ENS, 2002)²⁸. A prioridade dos EUA era desmantelar e destruir organizações terroristas com alcance global bem como continuar a encorajar os actores regionais e coordenar esforços no sentido de isolar terroristas numa dada região.

Uma outra preocupação manifestada na ENS foi a proliferação das armas de destruição maciça, uma vez que existia clara intenção em adquirir estas armas por parte daqueles que se constituíam segundo os EUA como a nova ameaça. “Como uma questão de senso comum e autodefesa, a América agirá contra estas ameaças antes de elas

²⁷ “Permitia às autoridades deter cidadãos suspeitos sem culpa formada” (Lousada, 2007, p. 38)

²⁸ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA

estarem completamente formadas” (ENS, 2002)²⁹. Apelando desta forma ao uso preventivo³⁰ da força militar contra Estados hostis e grupos terroristas com pretensões ao desenvolvimento destas armas.

A intenção de actuar preventivamente sobre as ameaças dos EUA foi percebida como uma tentativa de incluir a acção militar preventiva dentro da categoria de preempção, constituindo-se na opinião de alguns críticos uma acção sem fundamento legal³¹.

A doutrina estratégica implícita na ENS de 2002 assumiu como ameaça directa e iminente a nova tipologia de riscos associada à proliferação de armas de destruição maciça e ao terrorismo, prevendo a “possibilidade de desencadear uma acção preemptiva, empregando a força letal, no âmbito da prevenção, isto é, antes da ameaça ser eminente de facto” (Tomé, 2005). A acção preemptiva deixava desta forma de ser exclusivamente desencadeada em legítima defesa face a uma ameaça directa e iminente, sendo plausível o uso da força antecipada no âmbito da prevenção. Nos EUA o conceito de prevenção e preempção não apresentam diferenças significativas e usam a prevenção como se de preempção se tratasse, o que difere do conceito europeu. Segundo os EUA, para legitimar uma intervenção, basta apenas haver capacidade material de um determinado actor ou vontade de um actor em adquirir essa capacidade³².

Na ENS de 2002 os EUA assumem que não é possível estabelecer uma segurança ao nível mundial sem o apoio de outros países. E não hesitam em demonstrar a sua vontade de actuar no âmbito do multilateralismo apresentando como solução, “fortalecer alianças no sentido de eliminar o terrorismo do planeta e prevenir ataques aos EUA e aliados” (ENS, 2002, p. 5)³³, bem como “usar a influência dos EUA e trabalhar numa relação de proximidade com os seus aliados com vista a tornar claro que os actos de terrorismo são ilegítimos e que nenhum governo pode aceitar tais actos” (ENS, 2002, p. 6)³⁴. Expressando assim um compromisso à cooperação internacional multilateral, mas ficando subjacente a ideia que os EUA agiriam sozinhos se as circunstâncias assim o exigissem. Considerando que os procedimentos multilaterais têm limitações, os EUA admitiam a acção independente se necessária, podendo se necessário actuar fora dos mecanismos multilaterais formais.

²⁹ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA

³⁰ “O conceito de Preempção (ou ataque preemptivo) significa atacar primeiro (por antecipação) para fazer face a uma ameaça existente, cuja acção está iminente. A diferença entre os dois conceitos é simplesmente o tempo (ou o timing). Um ataque Preventivo entende-se como, uma acção ofensiva contra uma ameaça identificada (potencial) antes de se tornar uma ameaça iminente.” (Gray *in* Antunes, 2007).

³¹ Enquanto que a acção preemptiva é aceite de uma modo geral pela comunidade internacional e reconhecida pelo Direito Internacional Público (DIP), o mesmo não acontece com a acção preventiva, uma vez que muito dificilmente uma guerra iniciada sem se conhecer verdadeiramente as intenções do opositor será aceite pela comunidade internacional e pelo DIP. (Leal, 2009) (Ver Apêndice E).

³² O Secretário da Defesa durante a administração Bush, Collin Powell, afirmou que a preempção é usada apenas contra actores não Estatais.

³³ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

³⁴ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

“Os Estados Unidos irão esforçar-se constantemente para obter o apoio da comunidade internacional, não hesitaremos em agir sozinhos se necessário, para exercer o nosso direito de auto-defesa, agindo preemptivamente contra terroristas, para evitar actos terroristas contra a nossa população e o nosso país” (ENS, 2002, p. 6)³⁵.

Esta abordagem Americana foi interpretada pelos europeus como uma atitude unilateralista, e opuseram-se consideravelmente a esta postura.

A ENS de 2002 incluía também a premissa de que os EUA deveriam apoiar sobretudo os governos muçulmanos para garantir que as ideologias terroristas não encontram solo fértil em nenhuma nação. E levar a comunidade internacional a concentrar seus esforços em áreas de maior risco com vista a evitar a proliferação do terrorismo bem como usar a diplomacia para promover a livre circulação de informação e ideias em países apoiantes do terrorismo para obter o apoio da sua população na sua campanha contra essa ameaça. Manifestando a pretensão dos EUA em levar a democracia e os direitos humanos em todo mundo, mas em especial no mundo muçulmano. “Nós vamos ampliar a paz, encorajando sociedades livres e abertas em todos os continentes” (ENS, 2002)³⁶. Com estas declarações, os EUA, incluíam um conjunto de países com necessidade de intervenção.

Este objectivo de promover a democracia em todo o mundo foi motivado sobretudo pela ideia de que “...a causa fundamental do terrorismo islâmico reside na ausência de democracia, na prevalência do autoritarismo e na falta de liberdade e oportunidade no mundo árabe.”³⁷ (Lieber, 2005, p. 72)

Depois de analisada a ENS de 2002 constata-se que os EUA optaram por recorrer à estratégia directa na campanha contra associações terroristas, o que se manifestou no emprego privilegiado da coacção militar dentro dos vários instrumentos de coacção disponíveis³⁸. “É tempo de reafirmar o papel essencial do poder militar americano” (ENS, 2002, p. 29)³⁹

No ENS de 2002⁴⁰, surge também a referência de que os EUA permaneceriam a trabalhar com as organizações internacionais como a ONU, bem como organizações não governamentais e outros países para proporcionar a assistência humanitária, política, económica e de segurança, necessária para a reconstrução do Afeganistão para que este país não se constituísse jamais um abrigo para as organizações terroristas. O ENS de 2002 constituiu-se como o documento que marcou a alteração da política externa dos EUA na orientação da campanha contra as ameaças terroristas. Apesar de contemplar o Afeganistão, remeteu-o para um plano de menor importância, uma vez que este já não se

³⁵ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

³⁶ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

³⁷ A ONU, no Relatório de Desenvolvimento Humano Árabe de 2002, apresentou como causa da fertilidade do terrorismo nos países árabes os regimes autoritários lá em vigor, e apelaram à extensão das instituições representativas das liberdades humanas fundamentais ao Médio Oriente muçulmano.

³⁸ Coacção diplomática, coacção política, coacção económica, coacção psicológica e coacção militar.

³⁹ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

⁴⁰ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

constituía a esta altura, segundo os EUA, como uma ameaça comparável às novas ameaças consideradas neste documento.

Em Março de 2006 surgiu um novo ENS nos EUA. Este manifestou como principal objectivo dos EUA, acabar com a tirania⁴¹ no mundo. Foram nomeados como países tiranos alguns países como a Coreia do Norte, o Irão, a Síria, Cuba, Zimbabwe.

O Afeganistão e o Iraque surgem referenciados como casos de sucesso na substituição da tirania pela democracia. É contudo reconhecido que o Afeganistão ainda necessita do apoio dos EUA e da comunidade internacional e que o processo de estabilização ainda não está completo.

Com a introdução deste novo elemento (tirania), os EUA reforçam a sua intenção em orientar as suas atenções para outros países que não o Afeganistão, surgindo este país desta forma cada vez mais afastado das prioridades da política externa dos EUA.

2.3. Alterações na NATO após os atentados de 11 de Setembro

2.3.1. Reacção da NATO aos atentados de 11 de Setembro

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro os Aliados e parceiros da NATO manifestaram o seu apoio e solidariedade aos EUA. A 12 de Setembro, os 46 membros do Conselho de Parceria Euro-Atlântico⁴² condenaram os atentados e classificaram-nos como atrocidades e um ataque aos valores comuns, comprometendo-se a desenvolver todos os esforços necessários para combater a ameaça do terrorismo.

A 12 de Setembro foi invocado o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte a título provisório⁴³ e esta decisão foi confirmada pelo Secretário-Geral da NATO, Lord Robertson, a 2 de Outubro de 2001.

A 13 de Setembro, o Conselho Conjunto Permanente NATO-Rússia, condenou os atentados terroristas e manifestou a necessidade de uma cooperação entre a NATO e a Rússia no combate à ameaça terrorista. Em 14 de Setembro, a Comissão NATO-Ucrânia condenou de igual forma os atentados terroristas e a Ucrânia manifestou a sua prontidão em contribuir para que os responsáveis fossem levados à justiça.

Após a confirmação da invocação do artigo 5.º, a pedido dos EUA, os Aliados tomaram um conjunto de medidas no sentido de facilitar a campanha contra o terrorismo. Acordaram em reforçar a partilha de informações e a cooperação relacionadas com as

⁴¹ "Tirania: combinação de brutalidade, pobreza, instabilidade, corrupção e sofrimento forjados sob as regras de tiranos e sistemas tiranos." (ENS, 2006, p. 3) (A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA).

⁴² 19 Aliados e 27 Parceiros.

⁴³ A invocação do artigo 5.º a título definitivo estava dependente das investigações sobre os ataques. Só após a confirmação de que os ataques eram estrangeiros aos EUA a invocação do artigo adquiriu carácter permanente.

ameaças do terrorismo e com as acções a tomar contra ele. Acordaram também em dar assistência aos Aliados e outros Estados que estivessem ou pudessem estar sujeitos a um aumento de ameaças terroristas devido ao seu apoio à campanha contra o terrorismo, e também, em reforçar a segurança das instalações dos EUA e Aliados no seu território. Concordaram na substituição de meios necessários para apoiar as operações contra o terrorismo por meios da Aliança. Optaram por conceder autorizações gerais de sobrevoo a aviões dos EUA e a de outros Aliados para voos militares relacionados com operações contra o terrorismo e em permitir o acesso dos EUA e dos outros Aliados aos portos e aeródromos do território dos países da NATO para este tipo de operações. O Conselho do Atlântico Norte declarou que a NATO estava predisposta a destacar parte das suas forças navais permanentes para o mediterrâneo e cinco aviões AWACS⁴⁴ para os EUA com vista a apoiar as operações contra a ameaça terrorista.

As operações militares iniciadas pelos EUA no Afeganistão a 7 de Outubro não constituíram uma acção da NATO, no entanto foi apoiada por todos os membros da Aliança e muitos destes comprometeram-se em fornecer apoio com meios militares para esta campanha e contribuir com ajuda humanitária para o povo afegão. As forças da NATO presentes nos Balcãs contribuíram também nesta campanha contra o terrorismo e prenderam vários suspeitos de ligações à rede Al-Qaeda.

Como consequência dos ataques de 11 de Setembro, a NATO aumentou os seus esforços contra os perigos do terrorismo com armas de destruição maciça (ADM). Foi também elaborado um inventário com as capacidades nacionais dos Aliados e Parceiros da NATO que incluía os meios de transporte e os recursos médicos e científicos que poderiam ser postos à disposição no caso de um ataque biológico, químico ou radiológico para uma melhor protecção da população.

Após o 11 de Setembro, a NATO começou a desenvolver relações mais estreitas com a União Europeia para ajudar a enfrentar a ameaça terrorista. Estes acontecimentos também alteraram a relação NATO-Rússia, no sentido de uma cooperação conjunta para combater a ameaça terrorista.

Em 2002, em resposta à ameaça terrorista a NATO optou por um novo conceito estratégico associado a um documento, o "Military Concept" 400 (MC400), que manifesta o enquadramento da NATO perante as novas ameaças. Com a problemática do terrorismo surgiu a necessidade de orientar a NATO para missões de Defesa e Segurança uma vez que o terrorismo implica tanto defesa como segurança interna dos países.

A NATO só assumiu um papel de maior relevância no processo de estabilização do Afeganistão quando o Conselho de Segurança da ONU autorizou em 2003 o envio de um contingente de 4500 militares para Cabul, que incorporaram a ISAF. Numa fase inicial a

⁴⁴ AWACS ("Airborn Warning and Control System"), é um sistema de vigilância aérea por radares instalado em aeronaves. Sistemas AWACS modernos podem detectar aeronaves até 370 km e armas anti-aéreas. (<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/45986/AWACS>)

ISAF limitou a sua área de acção a Cabul, apesar de pedidos por parte das autoridades afegãs, da ONU e de várias organizações não governamentais para que esta alargasse a sua área de acção. Enquanto, a coligação anglo-americana tentavam eliminar os focos de resistência taliban. Em alternativa à expansão da área de responsabilidade da ISAF, optou-se por iniciar um programa com vista à criação do Exército Nacional Afegão (ENA), e de uma força policial e iniciar o desarmamento das milícias que dominavam as províncias.

No Outono de 2003 a postura de oposição ao alargamento da esfera de influência da NATO no Afeganistão manifestada pelo Pentágono foi abandonada e a 13 de Outubro de 2003⁴⁵ o Conselho de Segurança da ONU legitimou esta nova postura. No entanto apesar desta aprovação por parte da ONU, só em 2006 a NATO alargou a sua área de acção a todo o território afegão "...o que pode ser parcelarmente explicado pelas tensões transatlânticas em resultado da guerra no Iraque" (Carriço, 2004, p. 1121).

2.3.2. Actualidade da NATO no Afeganistão

"A NATO está hoje totalmente vocacionada para actuar no âmbito do artigo 4.^o⁴⁶ e 5.^o do Tratado do Atlântico Norte" (Teixeira, 2009)⁴⁷. Como consequência do terrorismo a acção expedicionária da NATO aumentou dado que se entende que a erradicação do terrorismo implica a actuação da NATO fora dos países que a integram. "A postura da NATO continua a ser defensiva mas prudentemente toma decisões, como é o caso do Afeganistão, no intuito de evitar e diminuir eventuais acções terroristas nos seus próprios países." (Teixeira, 2009)⁴⁸.

Em Março de 2009 a ISAF incorporava 55100 militares e 26 Equipas de Reconstrução Provincial⁴⁹ lideradas por países da NATO e parceiros⁵⁰.

O conceito de operações para o Afeganistão desenvolvido pela NATO tem vindo a experienciar diversas alterações. O conceito que está associado hoje em dia ao Afeganistão é o "comprehensive approach"⁵¹.

⁴⁵ Resolução nº 1510.

⁴⁶ "Os membros consultar-se-ão, quando na opinião de um deles, a integridade do território, a independência política ou a segurança de algum deles for ameaçada." (NATO Handbook, 2006, p. 527) (A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA).

⁴⁷ Ver Apêndice D.

⁴⁸ Ver Apêndice D.

⁴⁹ "As Equipas de Reconstrução Provincial são compostas por civis e militares que têm por missão a participação na estabilização e desenvolvimento das regiões... Cada Equipa consiste numa base, a partir da qual, um grupo de 60 a 100 militares e civis apoia projectos de reconstrução, assim como garantem a segurança a outras organizações que actuem na sua área de responsabilidade." (Costa, Freitas, Leitão; 2009, p. 156).

⁵⁰ Um total de 42 países, sendo que Portugal participa com 143 militares, 5 dos quais no Quartel-General da ISAF. (<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-afeg>).

⁵¹ "Este conceito consiste em assumir que para cumprimento das actuais missões, o desenvolvimento das estruturas políticas, militares, económicas, sociais (infra-estruturas e informações) do país, se constituem como parte fundamental. São estas estruturas em conjunto, e não só utilizando a vertente

Em virtude deste conceito, não totalmente novo⁵², a NATO desenvolve actualmente tarefas no âmbito da assistência ao governo afegão e sobretudo na expansão da sua autoridade a todo o território do Afeganistão, bem como a condução de Operações de Estabilidade e Segurança e o apoio às forças Afegãs no desarmamento de grupos armados ilegais. Associada à ideia de que só com o desenvolvimento das diversas estruturas do estado se consegue obter a estabilização do país, surge o treino, instrução e apoio ao ENA como uma prioridade da NATO naquele país. A NATO entende como necessária a existência de uma força nacional que garanta segurança à população, para serem eles a liderar o processo de estabilização e reconstrução do estado. Neste ponto de vista, o ENA assume um carácter de elevada importância.

A missão da ISAF na estabilização do Afeganistão tem em enfoque três linhas de operação: segurança, governação, desenvolvimento e reconstrução. Todas elas assumem igual importância e todas requerem acções diferentes. Neste momento actuação da NATO no Afeganistão envolve um conjunto de estruturas na resolução do conflito que é muito superior a 2003. Tem havido uma transferência progressiva de responsabilidades para a própria estrutura governamental, jurídica e política do país com o objectivo de assegurar condições para que o Estado do Afeganistão se desenvolva.

A solução da NATO para o Afeganistão contempla os actores regionais e assume como fundamental que os actores regionais desempenhem um papel activo na resolução deste conflito, dado que este problema do Afeganistão não é essencialmente militar.

O Paquistão pela sua natureza geográfica mantém-se como um país a partir do qual uma insurreição armada é plausível. A NATO reconhece como necessário manter o diálogo e cooperação com este país. A cooperação entre o Paquistão e a NATO contempla trocas de informação e o auxílio ao combate de elementos terroristas no Paquistão. A área crítica surge na fronteira com o Afeganistão dado que naquele local se concentram as forças opositoras e os mandatos das forças NATO estão limitados ao interior do Afeganistão. A interacção com o Paquistão permite à NATO uma melhor monitorização das acções decorrentes de actividades das forças opositoras na fronteira com o Paquistão.

À semelhança do Paquistão, o Irão, é um actor regional e neste momento também se vê envolvido na solução que se pretende ter para o Afeganistão. A Índia o Egipto, e a Rússia têm, de igual forma, desempenhado um papel importante neste processo de estabilização.

militar e envolvendo todas estas estruturas, que se consegue obter a resolução do conflito.” (Teixeira, 2009) (Ver apêndice D).

⁵² Semelhante ao programa da Reforma do Sector de Segurança, em vários países africanos, que tem como objectivo reestruturar e profissionalizar exército, a polícia e os serviços de informações desses países. (<http://www.opais.net/pt/opais/?det=4057>). E ao conceito de “State Building”, aplicado na Bósnia. (<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/military/etc/peace.html>)

3. A INFLUÊNCIA DA NOVA ADMINISTRAÇÃO AMERICANA NO AFGANISTÃO

3.1. Nova abordagem americana

3.1.1. Principais linhas de mudança decorrentes da alteração da administração americana face ao tema Afeganistão

No ano de 2008, o reconhecimento de que a abordagem usada até ao momento no teatro do Afeganistão não era a mais ajustada ao cenário de conflito lá vivido, era consensual dentro dos países que desempenhavam um papel activo na estabilização daquele país.

A ajudar a este cenário, surgiam relatórios dos países envolvidos directamente nas operações de combate naquele país até ao momento (EUA, Canadá, Inglaterra), incluindo os porta-vozes militares e parlamentares e de certas agências humanitárias que alertavam do ressurgimento dos taliban e da possibilidade do Afeganistão se tornar um estado falhado. Nos relatórios vinha também o pedido de um maior envolvimento da NATO com meios militares naquele país.

Em Abril de 2008, a cimeira de Bucareste da NATO abordou principalmente a questão de uma maior participação da NATO, e resultou num aumento das forças de combate. No entanto também ficou explícito que estas medidas não eram suficientes e a necessidade de uma alteração da abordagem era elevada.

Para os EUA a conferência respondeu a alguns dos seus objectivos, conseguindo um maior empenhamento da NATO, no entanto, numa conferência posterior em Paris, não conseguiram dar solução a um problema relacionado com as diferentes restrições que cada país impõe às forças que envia para o teatro, os CAVEATS⁵³. Em 1 de Outubro o Tenente-General David McKiernan comandante norte-americano das forças da NATO no Afeganistão fez alusão a este tipo de restrições, e manifestou o seu profundo desagrado com aquilo que ele considerava um degradar dos esforços da coligação.

Enquanto para os EUA (administração Bush), a solução do problema afegão passava por um aumento das forças militares no terreno e um aumento das operações de combate, já o mesmo não era da opinião dos restantes países membros da NATO. O Tenente-General Sir Peter Wall, responsável pela direcção das operações militares britânicas afirmou em Outubro de 2008 que o emprego do uso excessivo de forças no Afeganistão para

⁵³ Os CAVEATS, que são as restrições que as forças levam para o teatro, impostas pelos países de que são originárias. Os CAVEATS limitam em muito uma coerência na execução das operações. (Teixeira, 2009)

combater os insurgentes não constituía solução e que esta passaria pela reconstrução das forças armadas.

“Os afegãos teriam que conseguir uma melhor governação e construir as suas próprias forças armadas. Não fazia sentido investir mais dinheiro e homens no país a menos que a segurança e os projectos económicos e sociais fossem vistos como inspiradores pelos próprios afegãos” (Wall in Serviço Noticioso Um Mundo A Ganhar, 2009)

O novo presidente dos EUA, Barack Obama, trouxe com ele alterações significativas na forma de lidar com algumas problemáticas em comparação à administração anterior. A política externa contemplou alterações significativas, e como consequência, a forma americana de encarar o problema afegão também. Desde que o presidente Obama tomou posse da presidência dos EUA que enfatiza a importância de estabilizar a situação vivida no Afeganistão.

No decorrer da sua campanha eleitoral, Barack Obama criticou a administração Bush e o caminho escolhido para solucionar o problema da ameaça terrorista. Segundo ele a invasão do Iraque e a passagem para segundo plano do combate à verdadeira organização ameaçadora, a Al-Qaeda, constitui um erro da administração anterior. Ainda durante a sua campanha referiu que a principal ameaça dos EUA eram os terroristas e salientou a importância de reforçar a presença Norte-americana no Afeganistão e de incluir o Paquistão na resolução do problema afegão. Em Março de 2008 o actual presidente dos EUA abordou pela primeira vez a abordagem multilateralista que pretendia introduzir no cenário internacional.

“Estamos num momento decisivo da nossa história. Podemos optar pela via da guerra interminável e da acção unilateral, e minar a nossa força e posição... Ou, podemos encarar de frente o medo e o perigo, com esperança e força, com um objectivo comum, com uma América unida e com uma causa comum com velhos aliados e novos parceiros.” (Obama in Casa Das Letras, 2009, p. 120).

Após a sua eleição em Dezembro, Obama reforçou a ideia da necessidade de uma nova abordagem dos EUA para o Afeganistão e de incluir os actores regionais, Paquistão, a Índia e o Irão na resolução deste problema.

Depois da tomada de posse do presidente Obama e após dois meses de revisão das políticas da administração anterior, Obama anunciou em Março de 2009 no seu discurso na Casa Branca aquilo que seriam as suas intenções para o Afeganistão. Este discurso marcou sobretudo a mudança de orientações na prioridade da política externa dos EUA. Enquanto que na administração Bush a prioridade era a campanha no Iraque, com a nova administração, a situação frágil da Ásia Central assumiu uma maior importância. Segundo Obama a segurança de toda a população do mundo estava em causa devido à ameaça da Al-Qaeda e era necessário terminar com esta ameaça. “Nós temos um objectivo claro e preciso: desmantelar e derrotar a Al-Qaeda no Paquistão e no Afeganistão, e evitar que eles regressem a cada um dos países no futuro” (Obama in MacAskill, 2009)⁵⁴.

⁵⁴ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

Neste discurso, Obama apontou a fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão como o local mais perigoso no mundo. Além disso, os serviços de informações alertavam para uma preparação no Paquistão de um ataque da Al-Qaeda a solo americano e como tal era necessário uma nova estratégia por parte dos EUA, “uma estratégia mais forte, inteligente e compreensiva” (Obama *in* MacAskill, 2009)⁵⁵. Essa estratégia passava por construir um exército e polícia afegã mais forte.

A 27 de Março o presidente Obama anunciou o envio de mais 4000 homens do exército americano com o objectivo de auxiliar o treino das forças afegãs e de civis americanos para ajudar a reconstruir as infra-estruturas daquele país. Apesar da estratégia de Obama contemplar em grande parte o apoio à construção de infra-estruturas e de forças de segurança que garantam a sustentabilidade do Estado afegão, não esquece porém que o combate aos taliban é inevitável e o seu desmantelamento essencial. Daí o envio em Março para o Afeganistão de 17500 homens para combate, com vista a reforçar os 38000 lá presentes.

No seu discurso Obama relacionou o Paquistão com o Afeganistão, e referiu a importância do Paquistão no processo de estabilização do Afeganistão. “Para atingir este objectivo, os EUA têm que reconhecer ligação fundamental entre o futuro do Afeganistão e do Paquistão” (Obama *in* MacAskill, 2009)⁵⁶. Nesta nova abordagem, o presidente americano pretende pressionar o Paquistão para que este erradique as bases da Al-Qaeda e dos taliban nas zonas tribais da fronteira com o Afeganistão não esquecendo porém que sem um apoio externo, o Paquistão não consegue suprimir esta ameaça, daí a intenção dos EUA de aumentar o apoio a este país. “O Paquistão deve manifestar o seu compromisso em eliminar permanentemente a Al-Qaeda e os extremistas que se encontram dentro das suas fronteiras” (Obama *in* MacAskill, 2009)⁵⁷.

A intenção de contemplar o Paquistão como parte da solução para o problema afegão foi aceite pelo governo Paquistanês e expresso pelo ministro dos negócios estrangeiros, Shah Mehmood Qureshi. “O Paquistão está disposto a desempenhar um papel activo e construtivo nesta questão, porque nós paquistaneses sentimos que a nossa paz e segurança está ligada à paz e segurança do Afeganistão” (Qureshi, *in* MacAskill, 2009)⁵⁸.

Um outro elemento da estratégia do presidente Norte-americano é tentar empenhar os actores regionais como a Rússia e o Irão neste processo.

A forma de actuação de Barack Obama, que compreende o aumento do emprego dos vários instrumentos de coacção na resolução do conflito afegão, e em particular uma dilatação daqueles que não a coacção militar, indicia uma tendência para a estratégia

⁵⁵ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

⁵⁶ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

⁵⁷ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

⁵⁸ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

indirecta, ao contrário do presidente anterior que nitidamente privilegiava a estratégia directa.

3.1.2. Contributo da Administração Obama na Cimeira de Estrasburgo-Kehl

A cimeira da NATO⁵⁹, que decorreu na fronteira Franco-Alemã nas cidades de Estrasburgo, na França, e Kehl, na Alemanha, entre os dias 3 e 4 de Abril de 2009 ficou marcada pela participação da nova administração americana.

Nesta cimeira o presidente Obama manifestou aos países membros aquilo que constituiriam as soluções às problemáticas levantadas, no ponto de vista americano. O tema Afeganistão mereceu um especial destaque, uma vez que nesta cimeira os EUA expuseram aos países da NATO uma nova abordagem proveniente da mudança de administração. Obama manifestou as suas intenções para o Afeganistão, pediu um maior contributo dos países europeus naquele teatro.

Desta cimeira resultou o reforço da ideia da NATO de que a segurança dos países membros está ligada à segurança e estabilidade do Afeganistão e o reconhecimento das acções da ISAF neste país como elevada prioridade da NATO. Os esforços desenvolvidos com o governo afegão no sentido de construir um país democrático estável e seguro e respeitador dos direitos humanos, em especial os da população feminina, usando uma abordagem diferente naquele país (“comprehensive approach”), constituiu outro dos elementos de destaque desta cimeira.

Ficou também assente que era necessário assegurar que a Al-Qaeda e outros extremistas não utilizariam o Afeganistão como uma base segura que lhe permitisse a partir dela lançar ataques terroristas. Foi realçada a necessidade de reforçar a cooperação com os países vizinhos do Afeganistão, especialmente o Paquistão, e de encorajar a cooperação entre o Afeganistão e o Paquistão no sentido de se erradicar a ameaça terrorista daqueles países.

Nesta cimeira, no que diz respeito ao assunto Afeganistão, a NATO e os EUA revelaram concordância naquilo que eram as suas intenções para aquele país. A NATO reforçou novamente a eleição do Afeganistão como local perturbador da segurança mundial e estabeleceu como prioritária a missão da ISAF à semelhança dos EUA. Tal como os EUA, a NATO também enfatizou a importância do reforço do envolvimento do Paquistão na resolução do problema afegão.

⁵⁹ “A cimeira de Estrasburgo-Kehl, comemorativa dos sessenta anos da NATO... teve como enfoque as relações NATO-UE, as Operações NATO, com particular destaque para o Afeganistão e o Kosovo, e nos desafios à segurança que se esperam para o séc XXI, como a Segurança Energética, a ciberdefesa, a segurança marítima, a defesa anti-míssil, o alargamento a outros parceiros e a reforma do Quartel-General da Nato.” (Costa, Freitas, Leite; 2009, pp.152,153).

3.1.3. A actualidade da política Norte-Americana e repercussões

A forma de lidar com o problema do Afeganistão por parte desta nova administração americana tem em vista defender os interesses dos EUA. O presidente Obama está a exigir uma maior colaboração dos países europeus da NATO e de todos os países afectados pelo conflito no Afeganistão, e simultaneamente está a retirar do Iraque e a concentrar os seus esforços no Afeganistão. Estas medidas têm não só como objectivo fazer a comunidade internacional compreender que a preocupação com segurança mundial diz respeito a todos os países e todos devem contribuir para este fim mas também economizar os recursos humanos e económicos que os EUA têm empenhado e gasto nas campanhas levadas a cabo após o 11 de Setembro.

A intervenção no Iraque nunca teve a mesma aceitação por parte da comunidade internacional e da própria população dos EUA que teve a intervenção no Afeganistão. A mudança de administração nos EUA revela-se o momento oportuno para retirar do Iraque, onde a situação se encontra particularmente estável, e investir esforços num local que ainda se encontra longe da estabilização e que representa segundo o presidente Obama a maior ameaça à segurança dos EUA.

Ao considerar este cenário a principal fonte de insegurança mundial, Obama pediu a participação do Paquistão em especial e de vários actores regionais como o Irão, a Índia e a Rússia na resolução deste conflito. O novo presidente Paquistanês, Asif Ali Zardari, manifesta um apoio moderado às forças que estão a intervir no Afeganistão mas esse apoio não ultrapassa essa barreira.

A etnia Pashtun esta dispersa pelo Afeganistão e pelo Paquistão, estando a fronteira destes dois países a dividir esta etnia em duas partes iguais pelos dois territórios. A fronteira neste caso não é uma barreira rígida e facilmente membros da Al-Qaeda e dos taliban se deslocam livremente entre os dois países e exercem a sua influência sobre a população. Para facilitar esta influência, os taliban contam com a maior parte das madrassas dispersas por este território. Além disso, a cadeia montanhosa naquela região dificulta a erradicação destes elementos. O mandato da NATO está limitado ao Afeganistão e os EUA também não podem intervir no Paquistão militarmente. A erradicação desta ameaça do território paquistanês diz respeito somente ao Paquistão. “O Paquistão constitui-se como uma solução e simultaneamente como um problema na resolução deste conflito.” (Leal, 2009)⁶⁰. A erradicação dos taliban e da Al-Qaeda do território paquistanês seria o estado final desejado no ponto de vista ocidental para este país, mas é um facto que o Paquistão não pode levar a cabo uma campanha deste género e tem que tratar deste assunto com particular delicadeza uma vez que uma grande parte da população, especialmente da etnia Pashtun, apoia os taliban. É um facto que por estes motivos “o Paquistão nunca vai ser um

⁶⁰ Ver Apêndice E.

apoiante fervoroso dos EUA.” (Leal, 2009)⁶¹. O Paquistão tem lançado ofensivas contra os elementos destabilizadores que se encontram na fronteira com o Afeganistão no entanto para os EUA esses esforços não são suficientes.

O Presidente Obama elegeu como a actual prioridade da política externa dos EUA a resolução do problema afegão e como tal está a investir naquele país todos os seus esforços e a exigir uma maior participação financeira e militar aos seus parceiros europeus. No entanto, enquanto que para os EUA este problema se constitui uma prioridade, o mesmo não acontece com os países europeus que não manifestam interesse em aumentar os investimentos no Afeganistão. “As prioridades da maior parte dos países europeus são a crise económica, investir na segurança social e garantir um modelo social europeu” (Leal, 2009)⁶². Apesar da concordância na cimeira da NATO de Estrasburgo-Kehl, os países europeus da NATO não manifestam uma grande predisposição em aumentar os investimentos externos uma vez que as suas preocupações actualmente são outras. E se com a administração anterior os países europeus encontravam a sua falta de participação justificada, actualmente não. “Com a administração Bush, os países europeus argumentavam não contribuírem com mais meios pelo facto de esta administração privilegiar a estratégia directa. Com a nova administração não podem argumentar tal facto.” (Leal, 2009)⁶³.

3.2. Prioridades da NATO

Na declaração sobre o Afeganistão na cimeira de Estrasburgo-Kehl foi reforçada a ideia de que os princípios assumidos pela NATO na conferência de Bucareste de Abril de 2008 se mantinham, entre os quais o conceito de “comprehensive approach”, e que alguns mereciam especial atenção. Desta declaração surgiu a constatação de que a NATO estava a obter sucesso no Afeganistão. A liderança das forças de segurança em Kabul estava agora a cargo de afegãos, o ENA participava agora em 80% das missões da ISAF e as operações de suporte ao governo afegão de combate aos narcóticos estavam a ser aumentadas.

Apesar deste sucesso ficou acordado que seria necessário fortalecer e encorajar a cooperação entre o governo afegão e o governo paquistanês e aumentar o relacionamento entre a NATO e o Paquistão, bem como contribuir em conjunto com todos os países vizinhos do Afeganistão para a segurança daquela região.

⁶¹ Ver Apêndice E.

⁶² Ver Apêndice E.

⁶³ Ver Apêndice E.

“Actualmente o mandato da NATO é adequado ao tipo de combate que as suas tropas enfrentam no Afeganistão” (Teixeira, 2009)⁶⁴. Esta adequação deriva do conceito de “comprehensive approach”, que envolve um conjunto de estruturas na resolução de um conflito e o emprego do braço militar não surge como instrumento privilegiado mas sim como um instrumento que facilita o desenvolvimento das outras estruturas do Estado. No entendimento da NATO, só com o envolvimento das outras instâncias (políticas, económicas, sociais, informações e infra-estruturas), é possível obter uma estabilização coerente e aceite por parte da população do Afeganistão. Não obstante, o conflito no Afeganistão é em muito influenciado pela informação. A facilidade com que as forças opositoras propagam informação de interesse para elas é muito elevada e as tentativas de alienar elementos da população para a sua causa são constantes. Uma abordagem que permita o desenvolvimento do Estado Afegão e uma aceitação da população a esse novo estado permite fazer face às ameaças da informação difundida pelas forças opositoras.

Esta abordagem da NATO face à diversidade de problemas do Afeganistão não encara a sua resolução a curto prazo mas visualiza-o sim como um processo de alguma morosidade, morosidade necessária. O cenário de conflito vivido no Afeganistão não permite que este problema seja visto como algo de curta duração no que diz respeito à sua resolução. Ao contrário de um cenário de guerra, a solução não surge quando uma das partes é subjugada pela parte vencedora, mas surge sim quando existir um governo de consenso nacional que garanta os fins últimos do Estado (Segurança e Bem Estar da população). Analisando as características do Afeganistão verifica-se este objectivo ainda se encontra distante dado que as diversas fases das campanhas levadas a cabo nos cenários de conflito requerem o seu tempo.

O conceito de “comprehensive approach” trouxe com ele a necessidade de alterações a nível tático e operacional na ISAF. As responsabilidades da ISAF aumentaram significativamente desde que em 2006 alargou a sua área de acção a todo o território afegão. Paralelamente a este alargamento da área de responsabilidade veio o alargamento do comando do teatro⁶⁵, no entanto existem exigências a que um só comando não consegue responder. Além disso, as alterações graduais do ambiente político do Afeganistão bem como a nova abordagem da NATO (“comprehensive approach”), exigem uma maior interacção da ISAF com as entidades políticas. Para colmatar problemas como a dimensão exagerada do comando do teatro, os problemas de comunicação e controlo e a necessidade de uma maior interacção com o governo afegão, a NATO optou por criar um comando intermédio (comando operacional/tático) entre as unidades dos comandos regionais táticos e o comando do teatro. “A criação do comando operacional/tático tem como objectivo permitir que o comando do teatro funcione melhor e trabalhe orientado para as

⁶⁴ Ver Apêndice D.

⁶⁵ “O comando do teatro tem um efectivo de 1000 homens e engloba mais de 28 nações.” (Teixeira, 2009) (Ver Apêndice D).

componentes de ligação às entidades políticas do Afeganistão e associado às estruturas não governamentais e organizações internacionais do teatro.” (Teixeira, 2009)⁶⁶. Isto permite ao comando do teatro um empenhamento directo nas vertentes políticas, relações públicas e operações de informação no Afeganistão deixando o patamar táctico à responsabilidade do comando intermédio. A criação do comando intermédio está prevista para finais de 2009 e vai permitir melhorar todo o processo de estabilização do Afeganistão através de uma melhor interacção com as estruturas que se estão a desenvolver no Afeganistão para seu governo, tendo em linha de conta a nova abordagem da NATO face a esta problemática.

A preocupação da NATO em resolver de uma forma coerente a situação de conflito vivida no Afeganistão está relacionada com uma vertente solidária desta organização mas também com os seus próprios interesses e dos países aliados que a constituem. É de todo o interesse da NATO actuar no Afeganistão, contribuir para que se estabilize a situação daquele país o mais rápido possível e que surja no seu seio uma nação unificada e com uma aceitação ao mundo ocidental. A natureza geográfica e económica daquele país, bem como um passado marcado por uma instabilidade sucessiva, contribuíram em muito para que o território daquele país se tornasse ideal ao surgimento de redes terroristas. Apesar da missão nobre de ajuda à população, desempenhada pela NATO naquele país, é de referir o facto que a NATO se encontra no Afeganistão para defender os interesses dos países que a constituem. A ameaça terrorista não conhece fronteiras, e ao contribuir para um Afeganistão mais seguro, a NATO contribui para um aumento da segurança global no que diz respeito a esta ameaça, evitando problemas relacionados com o terrorismo nos países aliados.

A prioridade da NATO para 2009⁶⁷ são operações correntes. Dentro desta prioridade, a primeira é a ISAF. O esforço da NATO está orientado para a ISAF e esse esforço manifesta-se ao nível do comité militar bem como ao destino privilegiado dos donativos dos diversos países para as missões da NATO. Este esforço manifesta-se também ao nível dos pedidos de aumento e reforço do efectivo e meios para o Afeganistão e de aplicação de novas doutrinas. “Toda a NATO neste momento vive para ter os melhores resultados possíveis na campanha do Afeganistão”. (Teixeira, 2009)⁶⁸.

⁶⁶ Ver Apêndice D.

⁶⁷ O SACEUR (“Supreme Allied Commander Europe”), comandante das forças da NATO para as operações na Europa, tem uma directiva que compreende desde 2008 a 2012 as prioridades e todos os anos são reforçadas. (Teixeira, 2009)

⁶⁸ Ver Apêndice D.

CONCLUSÕES

Síntese

Os registos relativos à história do Afeganistão indicam que este se viu envolvido em diversos conflitos ao longo da sua história e foi alvo de diversas invasões por parte de alguns impérios. Marcos importantes na sua história como a conquista deste território por Alexandre, o Grande, a 330 a. C., que delimitou as fronteiras daquele país; e mais tarde no século VII, a introdução do islamismo associado aos movimentos árabes, foram fundamentais na definição do que é hoje aquele país. As sucessivas invasões a que foi sujeito nunca permitiram a este país um desenvolvimento estável. Mais recentemente, por um conflito de interesses entre o Império Russo e a Grã-Bretanha revelaram o interesse estratégico que a posição daquele país pode ter no cenário internacional. A retirada soviética em 1989 deixou o Afeganistão mergulhado num conjunto de guerras internas e numa instabilidade profunda. Em Outubro de 2001, a intervenção militar dos EUA naquele país e a queda do regime taliban alterou significativamente o rumo que aquele país poderia tomar.

Os atentados do dia 11 de Setembro de 2001 nos EUA tiveram um impacto elevado no cenário internacional. Pela primeira vez, os EUA foram atacados no seu território e pela primeira vez foi invocado o artigo 5.º da NATO.

Para o Afeganistão, a principal mudança foi a queda de um regime profundamente ligado aos valores islâmicos e a implementação de um regime ligado moderadamente aos valores ocidentais. A situação de instabilidade ainda se mantém, mas desta vez, organizações como a NATO estão empenhadas em eliminá-la.

Para os EUA, a principal alteração foi sobretudo a orientação da política externa. Após a constatação de que a ameaça terrorista se fazia sentir em qualquer parte do globo, o governo de George W. Bush, optou por uma estratégia directa na erradicação do terrorismo do planeta. Após a queda do regime taliban e com o ENS de 2002, os EUA optaram por remeter o problema do Afeganistão para segundo plano e direccionaram as suas atenções para o Iraque.

A NATO, que apoiou os EUA na intervenção militar no Afeganistão, só teve uma participação de destaque a partir de 2003, momento em que uma missão mandatada pela ONU se deslocou para Cabul. Em 2006, a NATO alargou a sua área de acção a todo o território afegão. O auxílio na criação do ENA e de forças policiais afegãs não são mais que uma tentativa de transferir gradualmente a responsabilidade de segurança interna para o governo daquele país. Em 2008, a NATO implementou o conceito de “comprehensive approach” assumindo como prioritário o desenvolvimento de um conjunto de estruturas para resolução deste conflito. Paralelamente a este conceito surgiu a constatação da

necessidade de envolver actores regionais como o Paquistão na resolução do problema afegão.

Com a mudança de administração americana, também a sua política externa sofreu alterações. O início da retirada das forças americanas do Iraque e o estabelecer como prioritário na política externa dos EUA a resolução do conflito afegão, foi a principal alteração da administração Obama comparativamente à administração anterior. Com esta administração veio também um pressionar para um maior envolvimento do Paquistão na resolução do conflito afegão e sobretudo um pressionar para um maior envolvimento dos países europeus através da NATO. Apesar de a NATO ter respondido positivamente a este pedido de Obama e de o Afeganistão ser actualmente uma elevada prioridade para a NATO, o mesmo não se verifica com os países europeus. As preocupações dos países europeus são neste momento, ultrapassar a crise económica em que a Europa se encontra, e a disponibilidade de despender recursos no Afeganistão não é elevada.

O Afeganistão apresenta-se como uma prioridade da política externa dos EUA, apresenta-se como uma prioridade da NATO e de mais nenhum actor do sistema internacional.

Considerações Finais

Analisando toda a história do Afeganistão, desde a sua origem até à actualidade, constata-se que nunca em toda a sua existência este país beneficiou de períodos de estabilidade que permitissem o emergir deste país a um patamar semelhante ao dos países desenvolvidos. Além das sucessivas guerras que se abateram sob aquele país, também a própria cultura enraizada na população e a diversidade étnica se constitui como um factor limitador do desenvolvimento do Afeganistão. Aliado a tudo isto, o relevo, os recursos naturais, o clima, e diversos factores de natureza física limitaram o desenvolvimento deste país. Não obstante, a sua localização geográfica estratégica é uma mais valia para o Afeganistão. A comprovar este facto está o interesse manifestado pela Grã-Bretanha e pelo Império Russo, responsáveis por um conjunto de guerras que culminaram com a retirada soviética daquele território em 1989.

Após os atentados terroristas do dia 11 de Setembro nos EUA, o Afeganistão passou a ser perspectivado num outro prisma pela comunidade internacional, em especial os EUA e os países europeus, através da NATO. A constatação por parte destes países que as características favoráveis ao desenvolvimento de associações terroristas, deste território, representavam uma ameaça à segurança do mundo ocidental, investiu o Afeganistão de uma importância que não tinha tido até então. Apesar da conflitualidade que se viveu naquele país nas últimas duas décadas, é um facto que a comunidade internacional só entrou naquela região quando se viu ameaçada. Este facto permite afirmar que é o interesse da comunidade internacional em manter a segurança dentro das suas fronteiras,

que a motivou a intervir naquela região e não só a vertente solidária associada aos países que lá intervêm e às diversas organizações.

A alteração da percepção de segurança dos EUA, após os acontecimentos do dia 11 de Setembro de 2001, também a sua política externa sofreu alterações. Depois de derrotado o regime taliban, os EUA entenderam que a sua segurança não poderia ser mais ameaçada, e que se fosse necessário, interviriam em qualquer ponto do globo. O ENS de 2002, veio manifestar este entendimento. No entanto, os EUA, para legitimar a sua actuação em outros cenários, incluíram o conceito de prevenção em preempção. A intervenção dos EUA no Iraque e o remeter do Afeganistão para um segundo plano foi a acção que materializou a nova tendência da administração Bush. Esta estratégia demonstrou o privilegiar da estratégia directa do presidente Bush na campanha iniciada para erradicar o terrorismo.

O actual presidente dos EUA manifestou desde a sua campanha eleitoral uma tendência diferente da administração anterior. Após a sua tomada de posse, a orientação da política externa americana sofreu alterações significativas, desde estabelecer como prioritário a resolução do problema afegão, à decisão de retirar as forças americanas do Iraque. A pressão por parte dos EUA perante toda a comunidade internacional para contribuir activamente com mais meios na resolução do conflito no Afeganistão revela a natureza da alteração da política externa daquele país e é bastante conclusiva relativamente à diferença da nova administração americana e da anterior. Esta nova actuação americana coloca a resolução do problema afegão como a grande prioridade da política externa dos EUA.

A NATO também viu a sua actuação alterada ao longo do tempo naquele teatro. As alterações sucessivas, o actual empenhamento naquele território e os recursos empregues para a estabilização daquela região revelam o Afeganistão como a prioridade actual da NATO.

A pressão da administração Obama exercida sobre os países europeus para investir com mais meios no Afeganistão, libertando os EUA de alguns encargos, revela a preocupação deste presidente em defender os interesses dos EUA. A falta de predisposição destes países em contribuir é no entanto uma limitação às intenções de Obama. A NATO revela concordância com os EUA nesta questão, no entanto a falta de contribuição dos países membros para esta causa limita em muito a actuação desta organização. O Afeganistão é uma prioridade apenas para a política externa dos EUA.

Após a realização deste TIA é possível concluir que o Afeganistão representa hoje uma elevada prioridade nas agendas políticas internacionais. O lugar de destaque que a resolução do conflito ocupa na política externa dos EUA constitui-se como uma enorme influência. À semelhança, a NATO assume como prioritária esse mesmo processo de resolução manifestando uma concordância com as aspirações norte-americanas para aquele país. Os países europeus membros da NATO apesar das suas preocupações de

natureza interna e da pouca disposição em aumentar os investimentos no território afegão, vêm-se compelidos a participar no processo de pacificação daquele território e a desempenhar um papel activo neste processo. A grande influência dos EUA no cenário internacional é um factor com elevado peso nesta questão. A nova administração americana alterou definitivamente a importância atribuída ao conflito no Afeganistão nas agendas políticas internacionais, onde este país ocupa na actualidade uma posição de destaque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revistas

- ALEIXO, M. L. (2005). *A União Europeia e o Terrorismo: uma combinação improvável ou talvez não... Europa: Novas Fronteiras Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, Centro de Informação, Nº 16/17, p. 201-207.
- BAPTISTA, P. (2006). *Afeganistão – Uma análise Geopolítica: Reflexões sobre questões da Paz e da Guerra*. Revista Militar. Lisboa. Volume 58, nº 4, p. 313-362.
- BENNETT, C. (2002). *Ajudar a América*. Notícias da OTAN, p. 6-7.
- BESSA, J. (2006). *Nações Unidas e o Terrorismo*. Revista Militar. Lisboa, nº 2458, p.1215-1240.
- BORGES, J. (2006). *O Terrorismo e a Transformação do Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA*. Nação e Defesa, 114, 3ª Série, p.193-228.
- BORGES, J. (2009). *O Terrorismo Transnacional e a Transformação do Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA*. Estratégia, XVIII, p.177-188.
- BRANCO, C. (2008) *A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra – subversão*. Cadernos do IDN. Lisboa. Série 2, nº1, p. 15-23.
- CARRIÇO, M. (2004) *Os novos desafios Político-Militares para as Forças da Nato no Afeganistão*. Revista Militar. Lisboa. Volume 56, nº 11, p. 1113-1123.
- Conselho União Europeia. (2002). *Decisão Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa à luta contra o terrorismo (2002/475/JAI)*.
- COSTA, P., LEITÃO, A., FREITAS, R. (2001): *NATO - Desafios e Perspectivas*. Revista Militar. Lisboa. V. 61, nº 2/3, p. 151- 167.
- GARCIA, F. (2007). *O Terrorismo Transnacional - Contributos para o seu entendimento*. Revista Militar. Lisboa, nº 2463, p.445-468.
- MONTEIRO, J. (2006). *O Emprego do Exército Português na Prevenção e Combate às Ameaças Terroristas: Condições de Emprego da Força, Tipos de Operações, Estrutura e Meios*. Lisboa. IAEM: TILD do CEM 2004-2006.
- SILVA, M. (2008) *O Afeganistão e a evolução do Radicalismo de 2001 à actualidade Islamita*. Jornal do Exército. Lisboa. Parte II, nº 570, p. 20-25.
- ZABRISKIE, P. (2008). *Os Excluídos*. National Geographic, V. 7, nº 83, p. 74-95.

Livros

- *Acreditar na Mudança* (2009). Alfragide. Casa Das Letras.
- ALVES, J. (1999). *Estratégia: Panorama Geral da Sua Teoria*. Lisboa

- AMARAL, D. (2003). *Do 11 de Setembro à crise do Iraque*. Viseu. Tipografia Guerra.
- ANES, J. (2006). *O Terrorismo Religioso Contemporâneo: Uma breve introdução*. As Teias do Terror: Novas Ameaças Globais. Lisboa. Esquilo.
- BAUER, A.; RAUFER, X. (2002). *A Globalização do Terrorismo*. Lisboa. Prefácio.
- BORGES, V. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*, Serviços Gráficos da Academia Militar.
- CHOMSKY, N. (2001) *Nova Iorque 11 de Setembro*. Lisboa. Editorial Caminho, SA.
- COUTO, A. (1988). *Elementos de Estratégia*, Volume I, IAEM.
- GONÇALVES, Francisco Jorge. (2009). *O Combate ao Terrorismo Jihadista Coloca em Causa a Relação Transatlântica*. Lisboa. Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- IAEM (1999), ME-71-00-08 – *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica* –, Lisboa.
- JACQUARD, R. (2001). *Osama Bin Laden: A Estratégia do Terror*. Lisboa. Livros do Brasil.
- KEEGAN, J. (2006). *Espionagem na Guerra: Conhecer o Inimigo de Napoleão à Al-Qaeda*. Lisboa. Edições Tinta-da-China.
- LIEBER, R. (2007). *A Era Americana*. Lisboa Editorial Estampa
- LOUSADA, A. (2007). *Revisitar o 11 de Setembro. O terrorismo e as Relações Transatlânticas*. *Estratégia*, XVI, p.17-59.
- MARSDEN, P. (2002) *Os Talibã – Guerra e Religião no Afeganistão*. Lisboa. Instituto Piaget.
- NOBRE, F. (2007). *Gritos Contra a Indiferença*. Lisboa. Temas e Debates
- RASHID, A. (2001). *Os Talibãs - O Islão, o petróleo e o novo grande jogo na Ásia Central*. Lisboa. Terramar.
- SANTOS, L. (2006). *O Império debaixo de fogo. Ofensiva Contra a Ordem Internacional Interpolar. Reflexões sobre Estratégia V*. Lisboa. Europa-América.
- SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica*. Lisboa. Universidade Lusíada.
- SILVA, M. (2005). *Terrorismo e Guerrilha – Das Origens à Al-Qaeda*. Lisboa. Edições Sílabo, LDA.
- SINCLAIR, A. (2003). *Anatomia do Terror. Uma História do Terrorismo*. Lisboa. Temas e Debates.
- TELO, A. (1996). *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição Atlântica*. Lisboa. Edições Cosmos.
- TOWNSHEND, C. (2002). *O Terrorismo: Compreender*. Vila Nova de Famalicão. Quasi Edições.

- VV.AA (2002) *O Império em Guerra*. Porto. Campo das Letras.

Internet

- Afeganistão. (n.d.). Retirado em 3 de Agosto, 2009, <http://www.semipa.org.br/vedeoscampos/afeganistao/index.shtml>.
- Afghanistan. (n.d.). Retirado em 9 de Maio, 2009, <http://www.infoplease.com/ipa/A0107264.html>.
- Antunes, P. (2007). A Alteração do conceito de Dissuasão: Contributos para a sua conceptualização, *Revista Militar*. Retirado em 15 de Agosto, 2009, <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=177>.
- BBC Brasil. (2009). *Obama promete união com Paquistão e Afeganistão para derrotar Al-Qaeda*. Retirado em 22 de Julho, 2009, http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090506_obama_afeganistao.shtml
- Bobin, F. (2009, Maio). *Le Monde. A estratégia americana no Afeganistão esbarra na rivalidade entre a Índia e o Paquistão*. Retirado em 18 de Julho, 2009, <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2009/04/11/ult580u3657.jhtm>.
- Bonturi, J. (2001, Setembro). Conheça a história do Afeganistão. *Folha Online*. Retirado em 9 de Maio, 2009, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u29094.shtml>.
- Brunnstrom, D. (2009). *Otan dá apoio a plano de Obama para Afeganistão*, retirado em 22 de Julho, 2009, <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,otan-da-apoio-a-plano-de-obama-para-afeganistao,350082,0.htm>.
- Cook, F. (2009). *Afghanistan: A Turning Point?* Retirado em 12 de Julho, 2009, <http://www.nato-pa.int/default.asp?SHORTCUT=1783>.
- Encyclopedia Britannica. *AWACS*. Retirado em 3 de Agosto, 2009, <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/45986/AWACS>
- Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2009). *FND Afeg*, retirado em 3 de Agosto, 2009, <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-afeg>.
- História do Afeganistão. (n.d.) Retirado em 9 de Maio, 2009, <http://www.infoescola.com/afeganistao/historia>.
- Jihad. (n.d.). Retirado em 13 de Junho, 2009, <http://www.thefreedictionary.com/jihad>.
- MacAskill, E. (2009, Março). *Guardian.co.uk, Barack Obama sets out new strategy for Afghanistan war*. Retirado em 20 de Julho, 2009, <http://www.guardian.co.uk/world/2009/mar/27/obama-new-strategy-afghanistan-war>.
- Mokhiber, J., Young, R., (1999), *Nation Building in Bosnia*, retirado em 2 de Agosto, 2009, <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/military/etc/peace.html>.

- Morelli, V., Belkin. P. (2009, Julho). Congressional Research Device. *NATO in Afghanistan: A Test of the Transatlantic Alliance*. Retirado em 12 de Julho, 2009, <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33627.pdf>.
- Mujahidin. (n.d.). Retirado em 13 de Junho, 2009, <http://www.thefreedictionary.com/mujahidin>.
- NATO Office of Information and Press. (2001). *NATO HANDBOOK*. Retirado em 24 de Maio, 2009, <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/pdf/handbook.pdf>.
- North Atlantic Treaty Organization NATO Standardization Agency. (2008). *AAP-6*. Retirado em 23 de Maio, 2009, <http://www.fas.org/irp/doddir/other/nato2008.pdf>.
- Notícias MSF. (2009). *MSF dará apoio a hospitais em Cabul, Afeganistão*. Retirado em 3 de Agosto, 2009, <http://www.msf.org.br/noticia/msfNoticiasMostrar.asp?id=1062>.
- O País, *África: formar um exército e uma polícia que protejam os cidadãos*. Retirado em 2 de Agosto, 2009, <http://www.opais.net/pt/opais/?det=4057>
- Press Release. (2009). *Strasbourg / Kehl Summit Declaration*. Retirado em 15 de Julho, 2009, http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_52837.htm?mode=pressrelease.
- Press Release. (2009). *Summit Declaration on Afghanistan*. Retirado em 15 de Julho, 2009, http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_52836.htm?mode=pressrelease%20Summit%20Declaration%20on%20Afghanistan.
- Ross, M. (2009). *Pakistan: A Test of Transatlantic Co-operation*. Retirado em 12 de Julho, 2009, <http://www.nato-pa.int/default.asp?SHORTCUT=1775>
- Serviço Noticioso Um Mundo A Ganhar. (2009). *O Afeganistão e o dilema dos ocupantes: mais tropas ou uma abordagem diferente?* Retirado em 15 de Julho, 2009, <http://www.paginavermelha.org/guerra/090119-afeganistao-dilema.htm>.
- Student's Encycopedia. (2009). *Amu Darya*. Retirado em 19 de Junho, 2009, <http://student.britannica.com/comptons/article-9272847/Amu-Darya>.
- Student's Encycopedia. (2009). *Himalayas*. Retirado em 19 de Junho, 2009, <http://student.britannica.com/comptons/article-9274884/Himalayas>.
- Telegraph.co.uk. (2006). *What is sharia law?* Retirado em 13 de Junho, 2009, <http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/1510867/What-is-sharia-law.html>
- *The National Security Strategy of the United States of America*. (2002). Retirado em 20 de Junho, 2009, <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/national/nss-020920.pdf>.
- *The National Security Strategy of the United States of America*. (2006). Retirado em 20 de Junho, 2009, <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/nss.pdf>.

- The World Factbook. (2009). *Afghanistan*. Retirado em 2 de Agosto, 2009, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html>.
- Tibúrcio, T. (2002, Fevereiro). *Coreia do Norte no “eixo do mal”*. Retirado em 7 de Julho, 2009, <http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=262&id=62989>.
- Tomé, L. (2005). EUA e EU – estratégias diferentes na “guerra contra o terrorismo”. *Janus*. Retirado em 7 de Julho, 2009, www.janusonline.pt.
- What is a Burqa. (n.d.). Retirado em 15 de Junho, 2009, <http://www.wisageek.com/what-is-a-burqa.htm>.

APÊNDICE A

CORPO DE CONCEITOS

A.1. Introdução

O corpo de conceitos tem como objectivo clarificar alguns conceitos que se consideram contribuir para a compreensão do tema.

A.2. Corpo de Conceitos

Conflito

“O Conflito consiste num afrontamento intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico.” Freund *in* Couto (1988, p. 100)

Guerra

“Violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo continuo de probabilidades e azares.” (Couto, 1988, p. 148)

Coacção

“É o emprego ou ameaça do emprego da “Força” (sentido lato) de forma a obrigar o adversário a aceitar os nossos pontos de vista.” (Borges, 2008, p. 12)

Estratégia

“A Estratégia poderá então ser entendida como a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturas e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico).” Couto *in* Borges (2008, p. 36)

Estratégia Directa

“Estratégia Directa, é a que procura obter a decisão ou a dissuasão através do emprego de forças militares, consideradas estas como meio de coacção principal.” (Couto, 2008, p. 233).

Estratégia Indirecta

“Estratégia total indirecta, é a que inspira os conflitos nos quais se procura a decisão, não através das forças militares como vector principal, mas sim recorrendo fundamentalmente às outras formas de coacção, ou em que se procura, mesmo quando haja que recorrer à força das armas, que a decisão militar seja obtida com um custo mínimo, em regra depois de um prévio desgaste ou enfraquecimento, físico, ou psicológico, do adversário” (Couto, 1988, p. 233).

Geopolítica

“A Geopolítica é o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política.” (IAEM, ME-71-00-08, 1993 *in* Borges, 2008, p. 44)

Potencial Estratégico

“O Potencial Estratégico é um conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais que um Estado pode utilizar em apoio da sua Estratégia... Conduz-nos ao conhecimento das possibilidades e vulnerabilidades estratégicas de um Estado.” (Couto, 1988, p. 241).

Terrorismo

“O uso, ou a ameaça do uso ilegal da força ou violência contra indivíduos ou propriedades, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos.”⁶⁹ (AAP-6, 2008, p. 2-T-5)

⁶⁹ A tradução do documento original em Inglês é da responsabilidade do autor do TIA.

APÊNDICE B

ANÁLISE GEOPOLÍTICA DO FACTOR HUMANO DO AFEGANISTÃO

B.1. Introdução

Para uma melhor compreensão de alguns factores que condicionam a o processo de resolução do conflito afegão, entende-se como necessária uma análise demográfica e etnográfica da população daquele país.

B.2. Factor Humano

Demografia

Dados disponibilizados pela CIA apontam para 33,6 milhões de habitantes no Afeganistão em Julho de 2009, fazendo deste o trigésimo oitavo país do mundo com maior índice populacional. A densidade populacional do Afeganistão é de 51,8 habitantes por km². Estimativas da CIA para 2008 indicavam que apenas 24% da população total vivia em áreas urbanas, a população é predominantemente rural e a está estruturada em tribos e clãs. Dados relativos a 2006, indicavam como principais centros populacionais Cabul com 3 milhões de habitantes, Kandahar com 329,3 mil habitantes, Mazar-e-Sharif 232,8 mil habitantes, Herat com 161,7 mil habitantes, Jalalabad com 154,2 mil habitantes e Kunduz com 57,1 mil habitantes. O relevo daquele país assume um papel importante na distribuição demográfica da população. As condições de habitabilidade de certas regiões são severamente afectadas pelo relevo, daí que se verifique uma fraca densidade populacional no Sul, Centro e Nordeste do Afeganistão.

Estimativas da CIA de 2009 revelam uma população com uma estrutura etária bastante jovem, com cerca de 44,5% com idades inferiores a 14 anos, 53% com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e 2,4% com idade superior a 65 anos, sendo a idade média da população 17,6 anos.

Segundo a CIA, para 2009, a taxa de crescimento da população é de 2.629% ao ano. A taxa de natalidade ronda os 45,46 nascimentos por cada 1000 habitantes, fazendo do Afeganistão o quarto país com maior taxa de natalidade do mundo e reflecte uma taxa de fertilidade de 6,53 crianças por mulher. A taxa de mortalidade é de 19,18 falecimentos por 1000 habitantes colocando o Afeganistão como o oitavo país com a maior taxa de mortalidade. A esperança de vida à nascença cerca de 44,6 anos. A taxa líquida de migração estima-se em 21 migrantes por mil habitantes o que faz do Afeganistão o país com a segunda maior taxa de migração, em parte devido à conflitualidade vivida no país nos últimos anos que levou uma parte significativa da população a abandonar o país e agora regressa ao Afeganistão, e também pelo estilo de vida nómada de uma parte da população.

Estimativas apontam para 2009 uma taxa de mortalidade infantil de 151,95 crianças por cada mil nados vivos, indicando o Afeganistão como o terceiro país com maior índice de mortalidade infantil.

Etnografia

Existem quatro etnias dominantes no Afeganistão. Estas etnias têm uma distribuição específica dentro deste território. Segundo a CIA os Pashtuns representam 42% da população. Estes concentram-se sobretudo a sul do país na fronteira com o Paquistão, havendo tantos Pashtuns no lado paquistanês da fronteira como no Afeganistão. Os Pashtuns são bastante tradicionais e tribais, com códigos de conduta bastante rígidos. Os Tadjiques integram 27% da população e juntamente com os Uzebeques, que se constituem como 9% da população, ocupam uma ampla faixa no Norte junto à fronteira com o Turquemenistão, Uzbequistão e Tajiquistão. Os Hazaras representam 9% da população e concentram-se na região central do Afeganistão, no hindu kush. Os Hazaras tem vindo a ser marginalizados política e economicamente ao longo da história, quer pela sua descendência mongol, quer por serem uma minoria xiita num país maioritariamente sunita. As restantes etnias integram 13% da população. Em Cabul encontram-se com facilidade elementos de todas as etnias.

Dados fornecidos pela CIA indicam que a religião predominante é o islamismo, sendo a religião adoptada por 99% da população, sendo que 80% é sunita e 19% é xiita. Apenas 1% da população abraça outras religiões.

As línguas oficiais do Afeganistão são o Pashtum e o Dari. Estimativas da CIA apontam a língua mais utilizada como um dialecto persa, o Dari/Farsi, falada por 50% da população. Segue-se o Pashtum, falado por 35% da população, e uma língua de origem turca falada por 11% da população. Os restantes dialectos constituem-se num total de mais de setenta.

APÊNDICE C

ENTREVISTA AO SR. MAJOR MARIANO

B.1. Introdução

A entrevista ao Sr. Major Mariano foi realizada em 23 de Junho de 2009. O Sr. Major de Infantaria Mariano esteve presente no teatro de operações do Afeganistão entre Janeiro e Agosto de 2006, durante este período de tempo desempenhou a função de Oficial de Informações. Alguns dados numéricos bem como a situação do Afeganistão relativa aos diversos níveis abordados na entrevista datam do período em que o Sr. Major Mariano esteve neste país. A perspectiva geopolítica do Sr. Major proveniente da experiência que teve neste teatro de operações é de extrema importância e um factor a ter em conta para a realização deste trabalho.

B.2. Entrevista

- Tendo em linha de conta os actores em presença e a situação que viveu no terreno qual considera ser o centro de gravidade para o sucesso da missão internacional?
R: O apoio real de população é sem dúvida o centro de gravidade. É necessário obter este apoio para que o governo afegão seja aceite perante toda a população. Enquanto o apoio for parcial, ou seja, enquanto houver uma parte da população que apoie o regime anterior não é possível obter a estabilização desejada, nem a unificação do território afegão.
- Para atingir o estado final desejado que factores a ultrapassar considera mais importantes?
R: Para atingir o estado final desejado é necessário passar para o governo afegão o ónus da intervenção política e militar, porque o governo afegão tem uma percepção diferente do conflito e a sua forma de actuar vai ter em conta a cultura e sensibilidades do povo afegão. É por isso necessário credibilizar o governo para que este obtenha o apoio total da população e combater a corrupção em muito motivada por factores económicos. Existe uma tendência do mundo ocidental em impor a democracia, no entanto, essa democracia não deve ser imposta mas sim implementada de uma forma lenta e gradual por forma a que seja aceite pela população. Esta democracia deve ser adaptada às especificidades daquele povo, e só um governo afegão pode garantir essa democracia.
- No Afeganistão existe uma multiplicidade de etnias. Etnias essas distribuídas por todo o território afegão. Em que medida este desiderato se constitui como elemento a destacar?

R: É um facto que existe uma multiplicidade de etnias neste país, facto este que assume uma elevada importância e que não pode ser perspectivado num plano de menor importância. Existem quatro etnias que representam um número considerável da população do Afeganistão e que se distribuem por áreas específicas dentro deste território. Os Pashtuns representam 38% da população e concentram-se sobretudo a sul do país na fronteira com o Paquistão. Os Tadjiques integram 25% da população e concentram-se sobretudo a Norte do Afeganistão, junto à fronteira com o Tajiquistão. Os Hazaras representam 19% da população e concentram-se na região central do Afeganistão, apesar de quase inabitável. Os Uzebeques constituem-se como 12% da população e concentram-se a norte do país junto à fronteira com o Turquemenistão o Uzbequistão e o Tajiquistão. As restantes etnias integram 6% da população. Apesar de todas as etnias terem uma concentração geográfica específica, em Cabul encontram-se com facilidade elementos de todas as etnias.

- De que forma interagiu a população com as forças estrangeiras ao país?

O grau de aceitação por parte da população variava ao longo do território afegão. Quem intervém numa determinada região deve saber qual a etnia predominante nessa mesma região, porque há diferenças de aceitação por parte da população à presença de forças ocidentais. Em Herat por exemplo denotava-se um grau de hostilidade muito elevado, devido sobretudo à influência das forças opositoras. Essa influência das forças opositoras manifesta-se principalmente no sul do Afeganistão, uma área de ocupação Pashtum e como é óbvio, o grau de aceitação naquela região é muito inferior e isso manifestava-se no volume de combates que ocorriam predominantemente naquela região. Em Cabul Havia uma maior aceitação, em parte devido à diversidade de etnias que podíamos encontrar naquela região mas também à aliança dos EUA com a Aliança do Norte aquando do derrube do regime taliban, aumentando o grau de aceitação por parte da população.

- Quais as principais dificuldades que este novo governo afegão tem tido? Como sentiu este facto no terreno?

R: Se retirássemos as forças ocidentais do Afeganistão o poder central caía. O governo não tem a sustentabilidade necessária para subsistir sem a cooperação das forças da ISAF. O principal problema é a falta de fundos monetários. Em consequência disto, as forças policiais e o exército afegão não recebem os ordenados atempadamente e não têm armamento suficiente para fazer face às ameaças. Torna-se desta forma impossível impor o poder central em todo o território afegão e por isso muitas regiões estão sob o controlo de uma espécie de senhores feudais, os “senhores da guerra”, que detêm o poder armado, político e jurídico na região. O recurso ao tráfico de droga é a forma escolhida pelos “senhores da guerra” para financiar as suas actividades e o seu exército. Perante isto, a

população não vê outra solução senão trabalhar para quem lhe garanta o sustento, que será o senhor da sua região. Alguns grupos armados ilegais que surgiram devido à falta de infra-estruturas de apoio às populações, à falta de emprego e a outros problemas que afectam aquele país, também não vêm outra solução que não ser servir um senhor da guerra. Os homens que integram esses grupos armados vêm no senhor da guerra uma forma de sustento para si e para a família. Além da incapacidade de impor o poder central por todo o território, o governo também enfrenta problemas como a pobreza, a corrupção, os refugiados e retornados e o crime organizado associado aos “senhores da guerra” e traficantes de droga. O presidente tenta conciliar interesses para criar um governo efectivo, mas é uma tarefa difícil.

- Apesar do sucesso da operação militar levada a cabo em 2001 que derrubou o regime taliban, a erradicação e o desmembramento dos taliban não foi possível na totalidade. De que forma os actos levados a cabo pelo remanescente dos taliban se têm manifestado na moldagem da opinião da população no sentido de apoiar a sua causa?

R: Grande parte da população no Afeganistão é analfabeta e por isso muito fácil de manipular por quem detém o poder na região onde se encontra e também pelas forças opositoras. A falta de vias de comunicação também é outro factor que tem elevada influência, uma vez que se torna mais difícil impor a ordem nas regiões mais afastadas da capital, facilitando a acção das forças opositoras. As populações profundamente tradicionais e ligadas aos valores familiares e culturais são muito facilmente manipuladas por quem detém o poder na região. A acção das forças opositoras passa sobretudo por tentar desacreditar as autoridades governamentais e na sua capacidade de governar eficazmente. Estas acções são desenvolvidas sobretudo no sul do Afeganistão, na fronteira com o Paquistão, onde têm a sua maior concentração à semelhança da etnia Pashtun. As forças opositoras encontram-se disseminadas na população, e a etnia Pashtun é um sustentáculo dessa forma de estar. É nesta etnia que as forças opositoras encontram um apoio considerável, voluntário ou obrigatório, consentido ou não. A população mais jovem é também mais facilmente aliciada pelas forças opositoras devido ao seu descontentamento em relação à situação do seu país.

- Costumes que no Afeganistão são perfeitamente banais, são no mundo ocidental percebidos como atrocidades. Em que medida a população feminina afegã surge como vítima de discriminação sexual?

R: As mulheres têm um papel secundário na sociedade afegã, papel que lhes permite apenas a dedicação a tarefas domésticas no seio da própria família. Uma mulher que fique viúva fica sem nada. Este papel secundário data da implementação do regime taliban e o novo governo afegão actual não partilha da mesma visão conservadora. Consequência

desta visão, veio a proibição da população feminina afegã em frequentar escolas pelo regime anterior e por essa razão cerca de 80% da população feminina no Afeganistão é analfabeta. Apesar dos esforços do novo governo em contrariar esta postura tradicionalista enraizada naquela sociedade, a verdade é que não se tem manifestado uma tarefa fácil uma vez que as tradições são difíceis de contrariar. Em Cabul havia uma maior abertura em relação à população feminina, havendo inclusivamente escolas somente para raparigas. Esta discriminação influenciada grandemente por valores familiares não desvanece rapidamente, e o processo pelo qual as mulheres possam adquirir mais direitos tem que ser gradual e aceite por toda a população.

- Cerca de 60% do produto interno bruto do Afeganistão deriva do ópio. Apesar das tentativas de erradicar a plantação de papoila, isso tem-se manifestado uma missão quase impossível, uma vez que esta é para muitas famílias o principal meio de subsistência. Até que ponto a plantação clandestina de papoila se constitui como um problema no Afeganistão?

R: A economia no Afeganistão é quase inexistente e a plantação da papoila do ópio surge como uma forma de sustento das populações. Além disso é de todo o interesse dos “senhores da guerra” o cultivo desta planta, uma vez que surge como um importante financiamento para as suas acções, para a compra de armamento e para manter os seus exércitos. Desde a invasão do Afeganistão houve um decréscimo da plantação de papoila no centro do Afeganistão devido aos esforços desenvolvidos para erradicar este problema. Houve no entanto um acréscimo no sul do Afeganistão, área de influência das forças opositoras, uma vez que esta cultura surge como um financiamento das acções que desenvolvem.

- De que forma a população reage a este negócio, que é condenado pelo islão?

R: A população depende do cultivo da papoila e não têm outra forma de subsistência. É mais viável o cultivo da papoila, porque requer menos água que o cultivo do trigo (isso é um factor muito importante num clima desértico), e o rendimento é muito superior. A papoila é vista como uma forma de sustento. Apesar do regime anterior ter tentado erradicar esta cultura do país numa fase inicial, acabaram por necessitar do rendimento proveniente desta.

- A rede de estradas no Afeganistão é bastante deficitária, influenciada não só pela configuração do terreno mas também por falta de investimento por parte do governo. Até que ponto este facto se constitui como um problema?

R: Uma das características que se destaca no Afeganistão é o isolamento provocado pelas poucas vias de comunicação. As que existem não são suficientes e algumas em certas partes do ano são praticamente intransitáveis o que provoca um isolamento bastante acentuado que dificulta a acção do governo afegão em certas regiões do Afeganistão e

inclusive da ISAF. A principal estrada que existe no Afeganistão é a “Ring Road” que circunda a cadeia montanhosa Hindu Kush (ligada aos Himalaias) e todas as restantes derivam dela. Esta estrada é comparável a uma estrada nacional em Portugal, tendo duas vias para transitar. Existe também uma estrada que liga Jalalabad a Cabul e ao Paquistão. A dificuldade em comunicar com as regiões mais afastadas é notória e os “senhores da guerra” beneficiam com esta situação, sendo mais fácil para eles exercer o seu poder desta forma. Com o aparecimento de boas vias de comunicação também a lei e a ordem chega com maior facilidade a uma dada região, e por esta razão os “senhores da guerra”, opõem-se à construção de novas estradas. Fora da via principal encontram-se estradas de terra batida em montanhas e desfiladeiros, que a neve no Inverno torna intransitáveis e que o degelo destrói na Primavera. A “Ring Road” e a estrada que liga Jalalabad a Cabul são vias de comunicação extremamente sensíveis onde é relativamente fácil fazer emboscadas, dificultando a acção da ISAF. Existe uma estrada que liga Cabul a Herat através da cadeia montanhosa de Hindu Kush, no entanto é muito difícil de transitar nessa estrada.

- As elevadas amplitudes térmicas que se fazem sentir no Afeganistão, os rigorosos invernos e os extenuantes verões são elementos que caracterizam o clima deste país. Até que ponto o clima se manifesta como um factor limitador da economia do país?

R: O clima no Afeganistão influencia certamente a economia daquele país. No inverno, a neve deixa algumas regiões inacessíveis. Com a chegada da Primavera o degelo destrói as estradas não pavimentadas e têm que ser reconstruídas novamente. Isto processa-se anualmente, deixando certas regiões isoladas durante meses todos os anos. A cultura de subsistência que caracteriza a economia daquele país tem uma forte base na plantação da papoila a partir da qual se extrai o ópio. Esta cultura não necessita de muita água, o que torna a sua produção mais viável, comparativamente a outras, num clima desértico. Os transportes aéreos também são influenciados pela baixa pressão atmosférica que existe naquele país, havendo necessidade de alterar rotas aéreas por falta de sustentabilidade aérea em algumas regiões.

APÊNDICE D

ENTREVISTA AO SR. TENENTE-CORONEL BRITO TEIXEIRA

C.1. Introdução

A entrevista ao Sr. Tenente-Coronel Brito Teixeira foi realizada no dia 24 de Junho de 2009. O Tenente-Coronel Brito Teixeira é actualmente Oficial de Estado Maior da “Operation Preparation Directorate” (OPD), no comando da NATO em Oeiras. É responsável pela certificação, avaliação e coordenação das NATO “Response Forces” (NRF). Devido à intensa actividade que a NATO tem desenvolvido no processo de estabilização do Afeganistão, a opinião do Tenente-Coronel Brito Teixeira constitui uma mais-valia para a elaboração deste trabalho.

C.2. Entrevista

- Os atentados terroristas que ocorreram a 11 de Setembro de 2001 alteraram significativamente a percepção de segurança que os membros da NATO viviam até então. Expuseram uma vulnerabilidade sobre a qual não havia uma reflexão profunda. Em que medida a NATO alterou a sua estratégia face a esta nova ameaça?

R: A NATO tem um novo conceito estratégico associado a um documento chamado MC400 e é esse documento que manifesta o enquadramento a NATO perante as novas ameaças. Neste momento a NATO está organizada para missões de Defesa e Segurança e estes conceitos apresentam-se no seio da NATO muito associados. O próprio terrorismo traz essa necessidade, o terrorismo implica tanto defesa como segurança interna dos países. A NATO está hoje totalmente vocacionada para actuar no âmbito do artigo 4.º e 5.º, o que significa actuar dentro das áreas de responsabilidade dos diferentes países que constituem a NATO e fora dessas fronteiras, ou seja, a acção expedicionária da NATO aumentou como uma consequência também desta nova vertente que é o terrorismo. Entende-se que os problemas do terrorismo não podem apenas só ser resolvidos dentro das áreas de responsabilidade da NATO mas fora dos países que integram a NATO, ou seja, como acções preventivas. Estas acções preventivas estão a decorrer com as devidas restrições da lei internacional e de acordo com os países que constituem a NATO. A postura da NATO continua a ser defensiva mas prudentemente toma decisões, como é o caso do Afeganistão, no intuito de apoiar, evitar e diminuir eventuais acções terroristas nos seus próprios países.

- A ISAF, liderada pela NATO desde 2003, tem como objectivo trazer estabilidade ao Afeganistão. Que esforços foram feitos pela NATO até ao momento no sentido de alcançar esse fim?

R: A Nato tem um conceito de operações para o Afeganistão que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do tempo. O mais recente desenvolvimento está muito associado às lições aprendidas do Iraque e está associado também a alterações políticas na nova aproximação multilateralista que os EUA vieram trazer ao cenário internacional. O conceito que está associado hoje em dia ao Afeganistão é o chamado “comprehensive approach”, e este conceito consiste em assumir que para cumprimento das actuais missões, as estruturas políticas, militares, económicas, sociais (infra-estruturas e informações) se constituem como parte fundamental. São estas estruturas em conjunto, e não só utilizando a vertente militar e envolvendo todas estas estruturas, que se consegue obter a resolução do conflito. Isto requer um maior empenhamento do patamar militar ao nível político, ao nível do contacto com as Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais, e requer do ponto de vista operacional da guerra um destaque muito grande ao nível das operações de informação. As orientações neste momento da NATO no Afeganistão estão associadas ao envolvimento de várias estruturas na resolução do conflito que é muito maior hoje do que em 2003. Associado a este conceito, ao nível táctico houve também uma outra orientação, que consistia em permitir que através do apoio, instrução e treino se desenvolvessem as próprias estruturas de defesa e segurança do Afeganistão para serem eles a liderar o processo de estabilização e reconstrução do estado. Há uma transferência de responsabilidades para a própria estrutura governamental, jurídica e política do país. A NATO não se encontra presente naquele território para o ocupar simplesmente, mas sim para permitir e assegurar condições para que o Estado do Afeganistão se desenvolva.

- Quais os problemas que a NATO tem enfrentado no Afeganistão? Qual o que tem gerado maiores preocupações?

R: Existem dois grandes problemas, o “common funding” (financiamento comum) e os CAVEATS, que são as restrições que as forças empregues no Afeganistão levam para o teatro, impostas pelos países de que são originárias. Os CAVEATS limitam em muito a coerência na execução das operações. O financiamento comum prende-se com a responsabilidade dos países suportarem os encargos das forças que enviam para o teatro. Quando as forças estão no teatro, há situações de treino operacional que tem que ser conduzidas no teatro, há situações de utilização de infra-estruturas no teatro que tem que ser suportadas pela NATO e não podem ser pelos países. Isto requer que ao nível político seja assumido, para que as forças no teatro tenham a capacidade de desenvolver essas actividades não sendo apenas suportadas pelo país. A missão é da NATO, e sendo da

NATO não é justo que os encargos recaiam apenas sobre um país para executar determinadas áreas de esforço. Isto afecta países que tem uma representação ao nível de uma estrutura de comando maior, que integra várias nações, e têm que suportar custos que não são directamente da sua responsabilidade. As orientações para o fundo comum da NATO para o decorrer da operação quer do Afeganistão, quer do Kosovo, estão a ser estudadas e debatidas seriamente. No entanto este é um assunto político, e numa situação de crise económica torna-se mais difícil o alcance de uma solução rápida. Para mim é o centro de gravidade do problema na utilização das Forças da NATO. Isto é um elemento que não impede o cumprimento da missão da NATO no Afeganistão, no entanto é limitador.

- Apesar da ISAF se estender por todo o território afegão desde 2006, com cada vez mais efectivos a trabalhar para este fim último que é a estabilidade deste país; é um também facto que a meta para atingir essa estabilização não se apresenta próxima. Porquê?

R: Temos que olhar para o processo de estabilização que esta a ocorrer no Afeganistão a longo prazo. Hoje em dia as missões duram gerações. Não estamos perante um cenário de guerra, mas sim de conflito e este é o novo paradigma da guerra, e sendo este paradigma algo a que nós conservadoramente não estávamos habituados. Existem fases nas campanhas que são levadas a cabo nos cenários de conflito, estas fases necessitam de tempo para serem concluídas. O que a NATO esta a fazer é defender os seus valores numa área que é importante apoiar. A cultura ocidental está através da NATO a defender os seus interesses no Afeganistão. Se tivermos um Afeganistão mais seguro e mais estável evitamos problemas nos nossos países. A NATO procura conduzir este processo com o apoio das entidades e povo do Afeganistão, com o desenvolvimento das suas estruturas. Atingir esta estabilização não é de qualquer forma um fim utópico, mas é um processo longo e demorado. Estes esforços têm que ser vistos no seu estado final num prazo nunca inferior a 10 anos, apesar de não ser muito correcto o estabelecimento de metas. O tempo limite está relacionado com aquilo que a vertente política visualiza como estado final.

- O actual mandato da NATO é adequado ao tipo de combate que as suas tropas enfrentam actualmente no Afeganistão?

R: Sim. Vejamos o conceito de “comprehensive approach”, que envolve não só o braço militar mas também um conjunto de estruturas na resolução de um conflito. Hoje os conflitos são essencialmente de informação e de criação de estruturas que permitam o desenvolvimento de Estado, fazendo do braço armado apenas um apoio para permitir que as outras instâncias sejam desenvolvidas. Só com o envolvimento das outras instâncias (políticas, económicas, sociais, infra-estruturas e informações), é que se consegue levar uma missão, como é a do caso do Afeganistão, a bom termo. O “comprehensive approach”, introduz também alterações a nível tático e operacional, que consiste na criação de um

comando intermédio (comando operacional/tático) entre as unidades dos comandos regionais táticos e o comando do teatro. O comando do teatro tem um efectivo de 1000 homens e engloba mais de 28 nações. Este comando tem uma dimensão exagerada, problemas de comunicação e controlo, e necessita de ser encaminhado para outras áreas de esforço diferentes das que conduz actualmente. A criação do comando operacional/tático tem como objectivo permitir que o comando do teatro funcione melhor e trabalhe orientado para as componentes de ligação às entidades políticas do Afeganistão e associado às estruturas não governamentais e organizações internacionais do teatro. Empenhando-se desta forma directamente nas vertentes políticas, de relações públicas e de operações de informação na região e ficando livre do patamar tático. Estas resoluções tomadas pela NATO têm em vista melhorar a condução de todo o processo de estabilização, associadas a uma nova forma de ver o conflito no Afeganistão, permitindo à NATO trabalhar de melhor forma com as estruturas que se estão a desenvolver no Afeganistão para seu governo.

- A missão da ISAF na estabilização do Afeganistão tem em enfoque três linhas de operação: segurança, governação, desenvolvimento e reconstrução. Destas três qual a que está mais próxima de ser alcançada?

R: Essas linhas são as que neste momento equacionadas e estão a ser executadas simultaneamente. Todas estas linhas têm pontos decisivos e todas elas requerem acções diferentes. Todas estas linhas são importantes, porque não é possível trabalhar uma sem afectar outra. Pode-se dar eventualmente prioridade a uma delas numa fase de tempo, face a um ponto decisivo, mas todas são trabalhadas simultaneamente. Por esse motivo é que não se trata de uma guerra aquilo que se vive no Afeganistão, mas sim de um conflito, havendo por isso a necessidade de haver um estado final político, um estado final estratégico e um estado final operacional.

- O Paquistão apresenta-se como um país a partir do qual o apoio a uma insurreição armada no Afeganistão é plausível. Em que medida a estratégia da Nato contempla o Paquistão como solução do problema afegão?

R: A solução para o Afeganistão passa por envolver os actores regionais na resolução do processo e o próprio envolvimento da Rússia está a ser desenvolvido. Hoje constatamos que este mesmo processo deriva do multilateralismo que começa a aparecer na cena internacional. É decisivo que os actores regionais intervenham, porque vai trazer uma nova viabilidade a todo o processo e até porque o assunto Afeganistão não é essencialmente militar. Os conflitos hoje são dominados essencialmente pela informação, por esse motivo, a posse dessa informação, a capacidade de influenciar a população local através de operações de informação não só no Afeganistão mas também nas áreas regionais é

decisiva. E é decisiva não só para a população suportar a mudança e a pressão da força opositora mas também para permitir que a população, as forças armadas e o Estado continuem a apoiar o envolvimento das forças da NATO naquele país. O Paquistão tem o apoio da NATO neste processo. Há uma cooperação entre o Paquistão e a NATO que contempla trocas de informação e o auxílio ao combate de elementos terroristas no Paquistão, com vista a trabalhar os aspectos de foro tático essencialmente na fronteira desse país com o Afeganistão. As forças opositoras normalmente colocam-se nas fronteiras, uma vez que os mandatos das forças NATO estão limitados ao interior do teatro, tendo como limite a própria fronteira do país. É por este motivo que as forças opositoras actuam normalmente na fronteira, neste caso específico, através de locais de treino para terroristas e de fábricas de droga. É através da interacção com o Paquistão que a NATO tem um melhor resultado na monitorização destas acções nas fronteiras e através do reforço de sistemas de informações, vigilância e reconhecimento que também incluem o Irão. O Paquistão, tal como o Irão, é um actor regional e neste momento ambos se vêm envolvidos na solução que se pretende ter para o Afeganistão. Tanto a Índia como o Egipto, e a Rússia têm um papel chave na resolução deste processo. A NATO só beneficia em integrar estes actores regionais na solução do Afeganistão. No caso específico da Rússia, esta permite que as forças alemãs da NATO se desloquem para o Afeganistão através de território russo.

- Além de actuar no Afeganistão, a NATO também está presente noutras frentes. Assim sendo, como é encarada a situação deste país aos olhos desta organização? Será que representa uma elevada prioridade ou ocupa um lugar mediano nas prioridades da NATO?

R: O SACEUR, comandante das forças da NATO para as operações na Europa, tem uma directiva que compreende desde 2008 a 2012 as prioridades e todos os anos são reforçadas. A primeira prioridade para 2009 são operações correntes, e dentro desta prioridade a primeira é a ISAF. Claramente, ao nível do esforço da NATO, a ISAF é a prioridade absoluta e essa prioridade é reflectida ao nível do comité militar, ao nível dos donativos que os países dão para a missão, do pedido de aumento e reforço do efectivo para o Afeganistão, do reforço de meios de transporte aéreo e de aplicação de novas doutrinas no Afeganistão. Toda a NATO neste momento vive para ter os melhores resultados possíveis na campanha do Afeganistão.

APÊNDICE E

ENTREVISTA AO SR. TENENTE-CORONEL LEAL

D.1. Introdução

A entrevista ao Sr. Tenente-Coronel Leal foi realizada a 2 de Julho de 2009. O Tenente-Coronel Leal foi docente na Academia Militar de Geopolítica e Estratégia. É actualmente docente no IESM (Instituto de Estudos Superiores Militares). A entrevista prestada pelo Sr. Tenente-Coronel Leal constituiu-se como uma fonte imprescindível de informação dado vasto conhecimento do Sr. Tenente-Coronel no âmbito das relações internacionais.

D.2. Entrevista

- Na opinião de muitos peritos em relações internacionais, o dia 11 de Setembro de 2001, por consequência dos atentados terroristas aos EUA, constituiu-se como um ponto de viragem nas relações internacionais. Viragem com tanto ou mais impacto que a queda do muro de Berlim em Novembro de 1989. Estes acontecimentos alteraram percepção de segurança que existia até então. Em que medida esta nova percepção trouxe mudanças ao nível da comunidade internacional?

R: Tudo que são actividades que desenvolvam a segurança, é defesa. Segurança é um estado final que desejamos atingir. É a ausência de conflito. Podemos viver um período de grande insegurança e a população sentir-se segura ou haver um período de relativa segurança e a população sentir-se insegura. Esta percepção depende muito da população. Os acontecimentos do dia 11 de Setembro de 2001 alteraram sobretudo a percepção que os norte-americanos tinham de segurança, uma vez que nunca ao longo da sua história tinham sido atacados no seu território. No entanto, ao contrário do que é a percepção da população, é um facto de que depois do dia 11 de Setembro de 2001, o número de atentados terroristas diminuiu. Estes acontecimentos, tiveram grandes consequências a nível internacional, os diferentes países adaptaram os seus conceitos estratégicos para uma realidade que era nova. A NATO alterou de igual modo o seu conceito estratégico. Passou a haver uma maior troca de informação entre os Estados. Até essa data, os serviços de informações dos diferentes Estados, praticamente não trocavam informações.

- Em consequência dos ataques terroristas aos EUA em Setembro de 2001, os EUA deram início a uma campanha denominada por eles de “guerra ao terrorismo” e intervieram preemptivamente no Afeganistão numa primeira fase. De que forma esta acção teve consequências no cenário internacional?

R: Esta acção por parte dos EUA teve praticamente o apoio de toda a comunidade internacional. Mais tarde a ONU mandatou a NATO no sentido de intervir em nome de toda a comunidade internacional legitimando, desta forma a sua intervenção. Esta intervenção foi consensual ao nível de toda a comunidade internacional e apoiada em massa.

- Algum tempo após a vitória militar no Afeganistão, os EUA iniciaram uma política preemptiva/preventiva, orientando o seu potencial militar para o Iraque, remetendo o processo de estabilização do Afeganistão para segundo plano. No entanto a nova administração americana surgiu com uma nova visão relativamente a toda esta problemática. Em que medida se manifestou essa visão ao nível internacional?

R: A guerra preventiva é lançada ainda antes de se conhecerem as intenções do opositor, enquanto a guerra preemptiva só é lançada quando o opositor tem capacidade para iniciar um ataque e manifesta intenção para o fazer. Por este motivo, a guerra preemptiva é de um modo geral aceite por toda a comunidade internacional e o próprio Direito Internacional Público reconhece a sua legitimidade. Uma guerra na qual se actue sem conhecer verdadeiramente as intenções do opositor, guerra preventiva, muito dificilmente é aceite pela comunidade internacional e não é reconhecida pelo Direito Internacional Público. A doutrina de guerra preemptiva/preventiva não é entendida da mesma forma na Europa e nos EUA. No ponto de vista dos EUA os conceitos de guerra preventiva e guerra preemptiva não diferem relevantemente. Por isso usam a prevenção como se de preempção se tratasse. Segundo eles, para intervir, basta haver capacidade material de determinado actor ou vontade de um actor adquirir asse capacidade para justificar essa intervenção. Enquanto o presidente Bush recorria à estratégia directa, dentro dos vários instrumentos de coacção que dispunha (coacção psicológica, diplomática, politica, económica e militar), privilegiava o emprego da coacção militar para atingir os seus objectivos. O presidente Obama, é um homem da estratégia indirecta. Não recusa empregar a coacção militar mas privilegia o emprego das outras formas de coacção.

- A nova administração dos EUA tem uma percepção diferente da anterior relativamente à guerra ao terrorismo, considerando Afeganistão como elemento-chave na erradicação desta ameaça. Que mudanças significativas trouxe até agora a administração Obama no caso específico do Afeganistão?

R: A forma de como está a ser lidado o conflito do Afeganistão pelos EUA, não é um exemplo claro da actuação de alguém que privilegia o emprego da estratégia indirecta, mas é sim um exemplo da actuação de quem defende os interesses dos EUA. Os EUA estão actualmente a retirar do Iraque, na qual a situação já se encontra relativamente estabilizada, e a concentrar os seus esforços (coacção militar), no Afeganistão. Porque segundo Obama, a maior ameaça à segurança dos EUA, encontra-se no Afeganistão.

Não são só os EUA que devem investir no Afeganistão mas também a NATO. O futuro da NATO está em causa, porque se a situação do Afeganistão não tiver o fim pretendido, a NATO, sai descredibilizada assim como os EUA. No entanto os investimentos por parte dos países europeus não são os desejados. As prioridades da maior parte dos países europeus, é a crise económica, investir na segurança social, garantir um modelo social europeu. Não têm a predisposição para investir neste tipo de conflitos e muito menos ter baixas. Com a administração Obama surge um pressionar da Europa no sentido de investir mais na resolução de conflitos como o do Afeganistão.

- Em que medida o Paquistão se constitui hoje, segundo o ponto de vista da nova administração americana, como uma solução para o problema do Afeganistão?

R: O Paquistão constitui-se como uma solução e simultaneamente como um problema na resolução deste conflito. Devido à cadeia montanhosa que se encontra na fronteira dos dois países, torna-se difícil delimitar esta fronteira com precisão. Além deste facto, a etnia Pashtun está presente tanto no Afeganistão como no Paquistão em iguais proporções. As fronteiras não são portanto respeitadas. É um facto também que a maior parte das madrassas se localizam em território paquistanês e parte muito significativa da população apoia os taliban. Os governos paquistaneses tenderiam naturalmente a ser hostis aos Norte-americanos e até às forças aliadas. No entanto obtiveram o apoio do governo anterior paquistanês apesar deste não contar com o apoio da maioria da população na luta contra os taliban. Nem a administração Bush nem a administração Obama podem contar com total apoio do governo paquistanês uma vez que este também não pode contar com o apoio total da população contra os taliban. Pode ser momentaneamente um problema mas também uma solução. O Paquistão nunca vai ser um apoiante fervoroso dos EUA nesta questão.

- Qual a prioridade que a política externa dos EUA estabelece hoje relativamente ao processo de estabilização que esta a decorrer no Afeganistão?

R: É a primeira prioridade da política externa do Afeganistão. Segundo Obama, a primeira prioridade da política externa dos EUA, neste momento é o Afeganistão. Este facto é visível, uma vez que tem sido a região fora dos limites dos EUA, onde têm exercido o seu grande esforço.

- Como superpotência com potencial estratégico superior aos demais países, os EUA exercem assim uma enorme influência no cenário político internacional. De que forma esta influência se manifesta nos países directamente envolvidos no processo de pacificação e reconstrução do Afeganistão?

R: Os EUA estão-se a envolver naquele teatro de uma forma que até agora não se tinham envolvido e como tal, vão querer que os seus parceiros se envolvam de igual forma. A

administração Obama está a pressionar os países europeus para que estes participem com mais meios financeiros e militares no processo de estabilização do Afeganistão. Com a administração Bush, os países europeus argumentavam não contribuir com mais meios pelo facto de esta administração privilegiar a estratégia directa. Com a nova administração não podem argumentar tal facto, e os EUA estão a fazer sentir à Europa a necessidade de prestar uma maior colaboração na resolução do conflito no Afeganistão.

- De que forma esses países estabelecem como prioritária a resolução do problema afegão na sua política externa?

R: Não estabeleceram. O Afeganistão faz parte da prioridade da política externa dos EUA e provavelmente de mais nenhum país. A Inglaterra tem apoiado com meios consideráveis os EUA. Os países da NATO do ex-pacto de Varsóvia também têm prestado uma contribuição significativa uma vez que para estes países a NATO é fundamental, tendo em conta a história desses países. No entanto, o Afeganistão só se constitui como prioridade da política externa dos EUA.

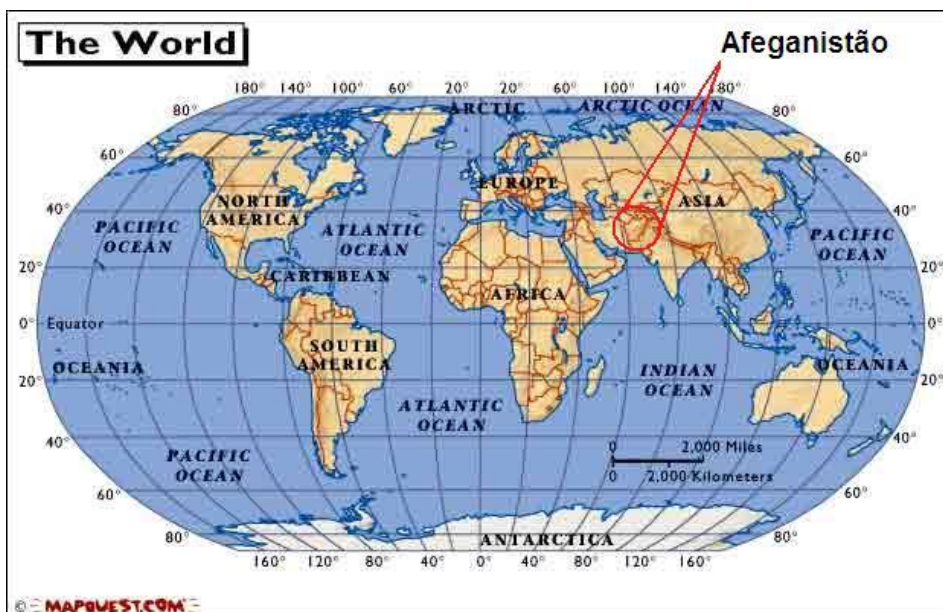
ANEXO A

MAPAS DO AFEGANISTÃO

A.1. Introdução

Este anexo destina-se a clarificar a análise geopolítica do Afeganistão elaborada no Capítulo I deste trabalho.

A.2. Mapas



Retirado em 11 de Agosto, 2009, http://www.mastim.com.br/raca/imagem/Mapa_Mundo.jpg.

Fig. 1: Enquadramento geográfico do Afeganistão no planeta Terra.

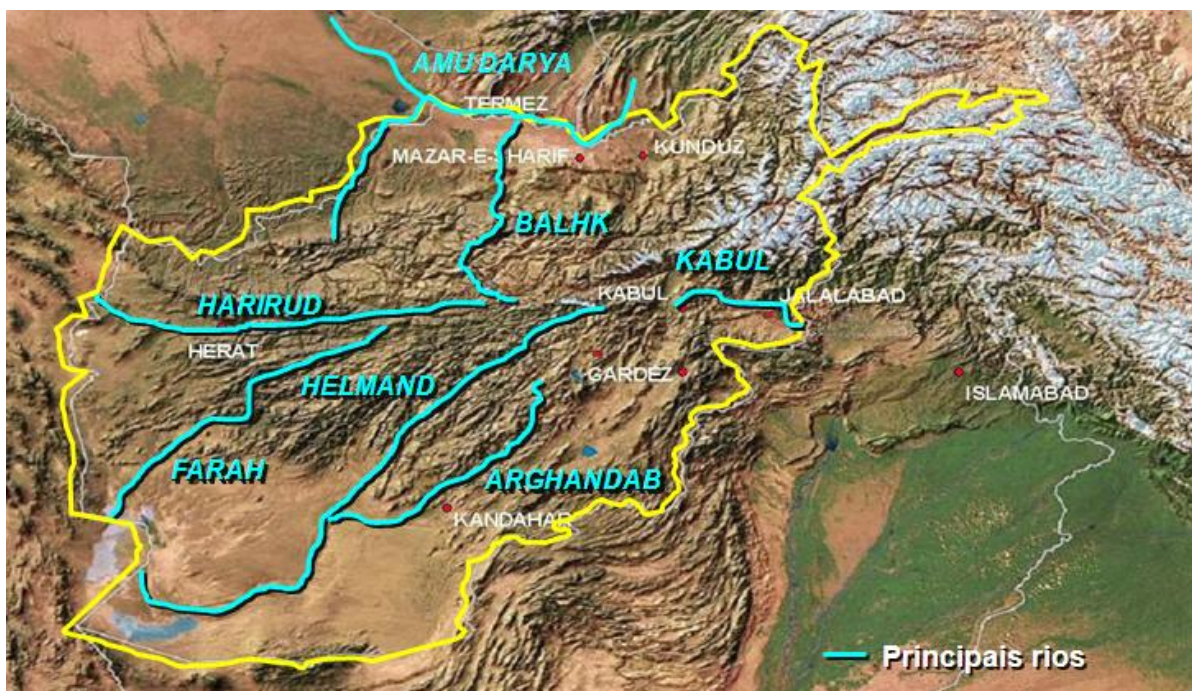


Retirado em 11 de Agosto, 2009, http://wikitravel.org/upload/shared/thumb/a/a7/Map_of_Asia.png/500px-Map_of_Asia.png

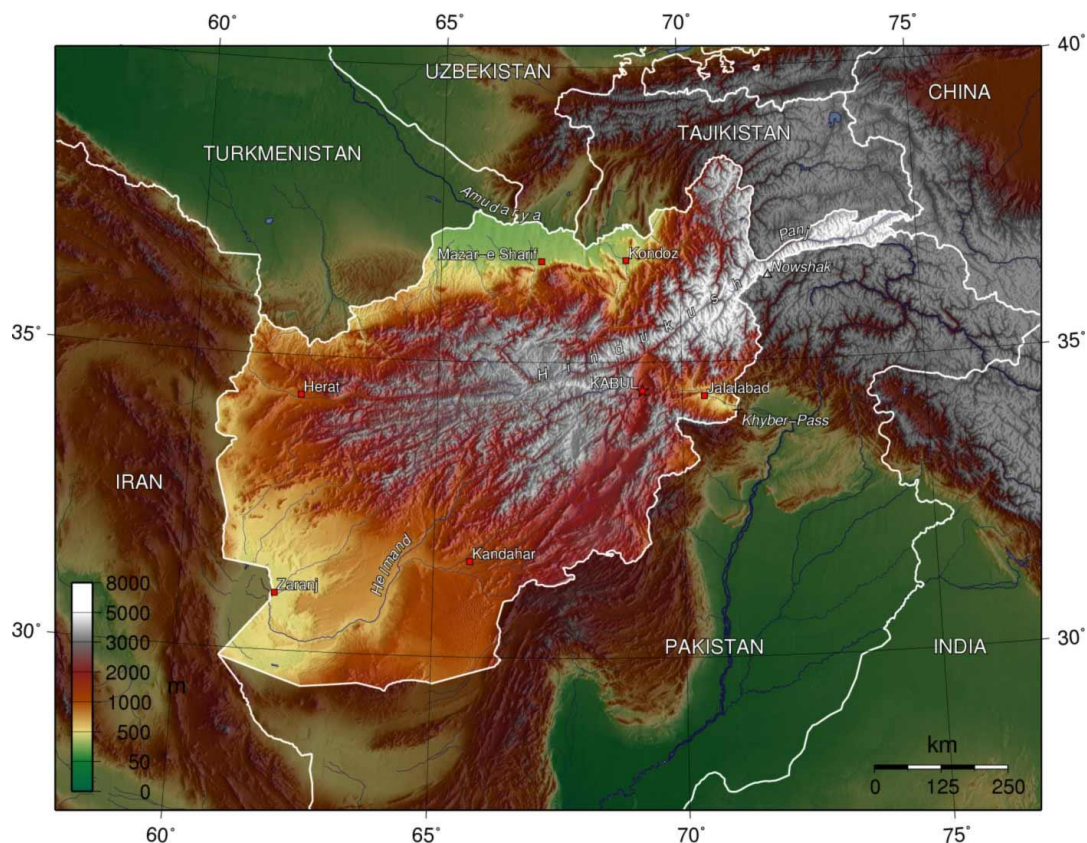
Fig. 2: Enquadramento geográfico do Afeganistão no continente Asiático.



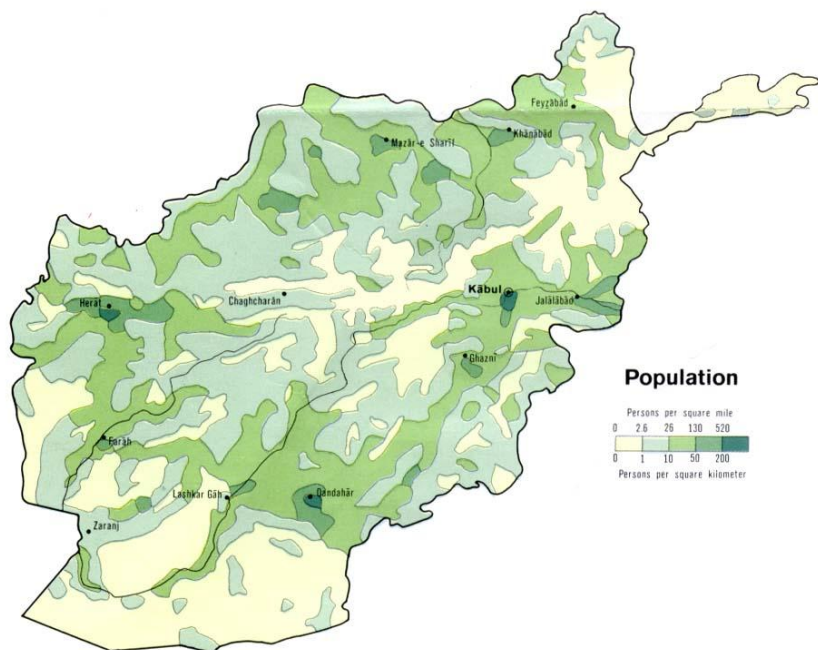
Retirado em 10 de Agosto, 2009, <http://www.mythinglinks.org/Afghanistan~CIA~cmp70~af-map.jpg>
 Fig. 3: Limites políticos do Afeganistão.



Retirado em 10 de Agosto, 2009, <http://www.columbiauniversity.org/itc/mealac/pritchett/00maplinks/overview/asiaphysical/afghanistan1.jpg>
 Fig. 4: Hidrografia do Afeganistão



Retirado em 10 de Agosto, 2009, http://mapsof.net/uploads/static-maps/afghan_topo_en.jpg
 Fig. 5: Relevo do Afeganistão



Retirado em 23 de Julho, 2009, http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/afghanistan_pop72.jpg.
 Fig. 6: Distribuição demográfica da população afegã.



Retirado em 23 de Julho, 2009, http://moinansari.files.wordpress.com/2008/02/afghanistan_map3.jpg.
 Fig. 7: Distribuição etnográfica da população afegã.



Retirado em 29 de Junho, 1009, <http://www.caiuficha.com.br/atlas/mundo.gif>.
 Fig. 8: Rede rodoviária no Afeganistão.



Retirado em 10 de Agosto, 2009, [http://www.acdi-cida.gc.ca/inet/images.nsf/vLUIImages/Afghanistan/\\$file/map-Afghanistan-e.gif](http://www.acdi-cida.gc.ca/inet/images.nsf/vLUIImages/Afghanistan/$file/map-Afghanistan-e.gif)
 Fig. 9: Divisão administrativa do território afegão.